



UFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA DE JESUS OLIVEIRA

**SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO E POPULISMO NA ERA TRUMP (2017-2021):
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA REPRESENTAÇÃO DO MIGRANTE
LATINO-AMERICANO COMO AMEAÇA**

**São Cristóvão/SE
2026**

MARIANA DE JESUS OLIVEIRA

**SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO E POPULISMO NA ERA TRUMP (2017-2021):
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE
LATINO-AMERICANO COMO AMEAÇA**

Trabalho apresentado como requisito para aprovação na disciplina de TCC2 do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof. Dra. Flávia de Ávila

São Cristóvão/SE

2026

Aos meus pais,
se eu consigo voar é porque vocês são minhas asas.

*Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas*

Mario Quintana

RESUMO

Durante o primeiro governo de Donald Trump (2017–2021), a política norte-americana foi marcada por uma retórica populista que enquadrou a imigração como uma ameaça à segurança e à ordem interna dos Estados Unidos. Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar como narrativas de crise foram mobilizadas para justificar a securitização da migração nos Estados Unidos, com destaque para a construção simbólica do migrante latino-americano como inimigo interno. O estudo articula a Teoria da Securitização da Escola de Copenhague, suas reformulações críticas e os estudos sobre populismo como estratégia discursiva, a fim de compreender como as narrativas de crise tentam conferir legitimidade a políticas migratórias impositivas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, ancorada na Análise Crítica do Discurso (ACD), com base no Modelo do Quadrado Ideológico de Van Dijk, centrada no exame de pronunciamentos oficiais e na investigação de políticas implementadas entre o início e o término da administração Trump (2017–2021), nas quais o muro na fronteira sul se destaca como elemento central de uma estratégia discursiva e prática voltada à securitização da imigração e à construção do migrante latino-americano como ameaça à segurança nacional.

Palavras-chave: Securitização; Trump; Imigração latino-americana; Fronteira Estados Unidos–México; Populismo.

ABSTRACT

During Donald Trump's first administration (2017–2021), U.S. policy was characterized by populist rhetoric that framed immigration as a threat to the security and internal order of the United States. In this context, this research aims to analyze how crisis narratives were mobilized to justify the securitization of migration in the United States, focusing on the symbolic construction of the Latin American migrant as an internal enemy. The study articulates the Copenhagen School's Securitization Theory, its critical reformulations, and studies on populism as a discursive strategy to understand how crisis narratives attempt to legitimize coercive migration policies. The research adopts a qualitative and documentary approach, anchored in Critical Discourse Analysis (CDA), based on Van Dijk's Ideological Square Model. It centers on the examination of official speeches and the investigation of policies implemented between the beginning and the end of the Trump administration (2017–2021). Within this scope, the southern border wall emerges as a central element of a discursive and practical strategy aimed at the securitization of immigration and the construction of the Latin American migrant as a threat to national security.

Keywords: Securitization; Trump; Latin American immigration; United States–Mexico border; Populism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SECURITIZAÇÃO E POPULISMO	12
2.1 O prisma da securitização: A Escola de Copenhague e a construção da imigração como ameaça	12
2.2 O populismo de direita e o uso estratégico da narrativa de crise	20
3. ANÁLISE DISCURSIVA: A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA MIGRATÓRIA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DONALD TRUMP	26
3.1 Fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e o Modelo do Quadrado Ideológico de Van Dijk	26
3.2 Procedimentos de coleta e seleção dos pronunciamentos	32
3.3 Estratégias ideológicas e linguísticas de (re)produção da ameaça migratória	33
3.3.1 A nação ameaçada e o povo virtuoso: a auto representação positiva do “nós”	33
3.3.2 O inimigo às portas: a representação negativa do “outro”	36
3.3.3 A normalização da excepcionalidade: a atenuação dos aspectos negativos do “nós” ...	38
3.3.4 Redução do imigrante a ameaça: a atenuação dos aspectos positivos do “outro”	40
4. O NEXO ENTRE SECURITIZAÇÃO E POPULISMO: A PERFORMANCE DA CRISE NO GOVERNO TRUMP	43
4.1 A construção do "Outro" antagônico: Identidade nacional e narrativas de crise	43
4.2 A institucionalização da barreira: Políticas de interdição e a face material da Securitização.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXO: PRONUNCIAMENTOS UTILIZADOS	60

1. INTRODUÇÃO

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos passaram a tratar a imigração não apenas como uma questão administrativa ou humanitária, mas como uma preocupação central de segurança nacional. O evento desencadeou uma reestruturação institucional e discursiva das políticas migratórias, marcada pelo fortalecimento do controle de fronteiras, pela ampliação de mecanismos de vigilância e pela associação dos fluxos migratórios a riscos como o terrorismo, o crime transnacional e a desestabilização social. No entanto, foi no primeiro mandato presidencial de Donald Trump, iniciado em 2017, até o fim de sua primeira administração em 2021, que essa lógica securitária atingiu um novo patamar de intensidade e instrumentalização, manifestando-se de forma articulada tanto no plano discursivo quanto nas políticas públicas implementadas.

A administração de Donald Trump distanciou-se de seus predecessores pela institucionalização de uma postura de hostilidade sistêmica, descrita por Cornelius (2020) como uma guerra constante contra os estrangeiros. Esta estratégia, pilar central de seu projeto político, ressignificou o slogan *Make America Great Again* ao imbuí-lo de um imperativo de restauração identitária e demográfica, aproximando-o, na prática, da premissa de *Make America White Again* (Cárdenas, 2022). Sob essa ótica, a retórica governamental, articulada desde o período de campanha e consolidada nos primeiros meses de mandato, não operou apenas como um discurso populista genérico, mas como uma ferramenta de exclusão racializada. Ao direcionar o aparato estatal e o peso do discurso público especificamente contra a população estrangeira não branca (Verea, 2018), o governo Trump converteu a xenofobia em uma diretriz política, na qual a proteção da soberania nacional passou a ser indissociável da preservação de uma identidade nacional branca, percebida como sob ameaça.

Sob essa perspectiva, a eficácia dessa narrativa de hostilidade sustenta-se na projeção de uma "América da Crise" imaginária, a qual, conforme postulam Homolar e Scholz (2019), opera mediante a clivagem binária do espaço social entre o "nós" virtuoso e o "eles" antagonico. Esse enquadramento discursivo não apenas identifica agentes deletérios responsáveis pelo suposto declínio nacional, como também instrumentaliza a insegurança para consolidar uma percepção de urgência permanente. Ao situar tanto as elites políticas quanto os migrantes como forças que exploram a vulnerabilidade do país, a retórica de Trump promove uma simplificação deliberada da realidade. Consequentemente, o fenômeno migratório é despido de sua complexidade sociopolítica e econômica inerente, sendo transmutado em uma ameaça existencial à identidade e à integridade dos Estados Unidos.

Assim, a imigração deixa de habitar o domínio da gestão administrativa ordinária para ser alçada ao epicentro da segurança nacional, convertendo-se no objeto principal de uma gramática securitária que exige e legitima respostas extraordinárias (Homolar; Scholz, 2019).

Esta construção estratégica, longe de configurar uma mera resposta reativa a fluxos migratórios espontâneos, consolidou-se como um projeto deliberado de securitização. Sob a ótica da Escola de Copenhague (Buzan; Wæver; de Wilde, 1998), a securitização opera como uma manobra discursiva que desloca um tópico específico da esfera da política ordinária, pautada pelo debate público e pelos ritos institucionais, para o domínio das ameaças existenciais. Ao transmutar o fenômeno migratório de uma questão administrativa ou social em um perigo iminente à sobrevivência da nação, a retórica governamental logrou instituir um estado de urgência que justifica a adoção de medidas extraordinárias. Nesse cenário, a imigração passa a ser concebida sob uma gramática de exceção, legitimando respostas que frequentemente extrapolam os limites da normalidade democrática e dos protocolos de direitos humanos.

A fundamentação teórica desse processo reside no caráter performativo da linguagem, conforme postulado por Wæver (1995). Ao incorporar o conceito de "ato de fala" (*speech act*) de John L. Austin, a teoria da securitização demonstra que a segurança não é uma condição objetiva, mas uma construção social intersubjetiva: é ao rotular publicamente um fenômeno como ameaça que o ator político efetivamente a produz no imaginário social. Dessa forma, a eficácia da estratégia trumpista não dependeu de evidências materiais de perigo, mas da capacidade do seu discurso em convencer uma audiência relevante da necessidade de medidas excepcionais. A securitização, portanto, não descreve uma realidade pré-existente, mas institui uma nova ordem política através da palavra, exigindo que a audiência valide o deslocamento da lei comum em favor da proteção de um objeto referente; no caso, a identidade e a soberania nacional estadunidense (Buzan et al., 1998).

No campo das migrações, a securitização opera deslocando a imigração de uma pauta política e administrativa para a esfera das ameaças existenciais, com implicações diretas na formulação de políticas e no imaginário coletivo. Esse enquadramento, como demonstram Fermor e Holland (2020, p. 8), foi central na retórica de Trump, que associou a imigração a riscos como terrorismo e criminalidade, produzindo uma narrativa de “perigo externo” que justificaria medidas excepcionais. Dessa forma, a retórica do candidato e, posteriormente, presidente dos Estados Unidos justificou a implementação de políticas coercitivas e também demonstrou como o discurso securitário pode redefinir o que é aceitável em política migratória, transformando o “perigo externo” em uma ameaça concreta à ordem interna. Essa

narrativa serviu, ainda, para alimentar e legitimar práticas xenófobas que estigmatizam os migrantes como perigosos, indesejáveis e culturalmente incompatíveis.

Ademais, a produção discursiva do inimigo interno, desde o início da campanha eleitoral até o final da primeira gestão Trump, foi acompanhada por mecanismos simbólicos de distinção e hierarquização social. Nesse processo, sua administração recorreu a estereótipos interseccionais, combinando marcadores como raça, nacionalidade e religião para construir a figura do migrante perigoso. De forma sistemática, o então presidente dos Estados Unidos reiterou e radicalizou o processo histórico de racialização do imigrante latino, frequentemente associando-o à criminalidade e à desordem. Um exemplo contundente dessa abordagem é a declaração de Trump em seu discurso de anúncio de candidatura à presidência, em 16 de junho de 2015, em Nova York, quando afirmou que:

When Mexico sends its people, they're not sending their best. They're not sending you. They're not sending you. They're sending people that have lots of problems, and they're bringing those problems with us. They're bringing drugs. They're bringing crime. They're rapists. And some, I assume, are good people¹ (Trump, 2015).

Com efeito, essa retórica excludente e xenófoba não se restringiu à dimensão simbólica, sendo acompanhada por um conjunto articulado de políticas públicas voltadas ao endurecimento do controle migratório, especialmente na fronteira sul. A proposta de construção de um muro entre os Estados Unidos e o México tornou-se o principal ícone material e discursivo da política de securitização promovida por Trump. Apresentado como medida urgente para a defesa nacional contra drogas, crimes e terrorismo, o muro foi utilizado para justificar a exclusão do migrante como ameaça existencial à ordem interna, apesar das evidências que apontavam a redução da imigração irregular e o declínio do fluxo de mexicanos indocumentados desde 2008 (Verea, 2018).

Por fim, além da obsessiva retórica em torno do muro, o governo de Trump implementou uma série de políticas migratórias marcadamente punitivas e racializadas, afetando desproporcionalmente os imigrantes de origem latino-americana. Tais diretrizes materializaram-se através de um intenso ativismo administrativo, resultando em mais de quatrocentas alterações normativas que priorizaram o unilateralismo do Poder Executivo em detrimento da deliberação congressional (Pierce; Bolter, 2020). A ofensiva contra a chamada

¹ Tradução nossa: Quando o México manda seu povo, eles não estão mandando o melhor. Eles não estão mandando você. Eles não estão mandando você. Eles estão mandando pessoas que têm muitos problemas, e eles estão trazendo esses problemas para nós. Eles estão trazendo drogas. Estão trazendo crime. São estupradores. E alguns, presumo, são boas pessoas.

imigração em cadeia² e a promoção de instrumentos como o *RISE Act* consolidaram um sistema de filtragem tecnocrática e econômica que, ao impor exigências de seguros privados e rendas mínimas, penalizou severamente a reunificação familiar, via de ingresso predominante para populações mexicanas e centro-americanas (Verea, 2018; Cornelius, 2020). O ápice desse processo de securitização manifestou-se na declaração de emergência nacional para viabilizar o financiamento da barreira física, manobra que permitiu o redirecionamento discricionário de fundos militares e institucionalizou um estado de excepcionalidade permanente na fronteira (Cardenas, 2022).

Diante desse cenário, este estudo propõe-se a investigar como as narrativas populistas de crise e a retórica da ameaça foram articuladas para legitimar políticas migratórias securitizadas durante a administração Trump (2017–2021). O objetivo central é compreender os mecanismos discursivos por meio dos quais o migrante latino foi enquadrado como uma ameaça à ordem social e à segurança nacional dos Estados Unidos. A pesquisa, nesse sentido, é orientada pela seguinte pergunta: De que maneira o governo Trump mobilizou práticas discursivas para justificar a securitização da imigração na fronteira sul e construir o migrante latino como uma ameaça à segurança nacional ?

O primeiro capítulo deste trabalho dedica-se à fundamentação teórica que articula os conceitos de securitização e populismo de direita, destacando suas aproximações e tensões. Em um primeiro momento, apresenta-se a teoria de securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague, enfatizando seus principais pressupostos e contribuições e dando enfoque no recorte da securitização da imigração. Na sequência, o capítulo discute a lógica do populismo de direita, com ênfase no uso estratégico da narrativa de crise como recurso discursivo central para a produção de ameaças e para a legitimação de medidas excepcionais.

Já o segundo capítulo deste trabalho concentra-se na apresentação do modelo de análise discursiva adotado e na aplicação desse referencial aos pronunciamentos da administração de Donald Trump. Inicialmente, expõe-se a arquitetura teórico-metodológica do Modelo do Quadrado Ideológico de Van Dijk, destacando seus mecanismos de estruturação da polarização nós/eles e sua relevância para identificar estratégias linguísticas de construção do “outro” como ameaça. Em seguida, o capítulo detalha e justifica a seleção dos pronunciamentos e o procedimento de coleta utilizado. Por fim, o capítulo detalha as

² O termo "migração em cadeia" é utilizado para descrever o processo migratório baseado em vínculos familiares, no qual um imigrante admitido com residência permanente legal patrocina a entrada de familiares imediatos. Uma vez que estes novos imigrantes obtêm a cidadania, adquirem o direito de patrocinar outros membros de sua família alargada, criando um efeito multiplicador de patrocínios sucessivos que expande a rede migratória original. (DHS, 2018)

categorias analíticas selecionadas e procede-se à análise dos pronunciamentos, adotando as categorias analíticas propostas pelo modelo de Van Dijk (2003).

O terceiro e último capítulo deste trabalho dedica-se a investigar o nexos intrínseco entre as narrativas de crise mobilizadas pela retórica populista de Donald Trump e o processo de securitização da imigração. A análise organiza-se em torno da premissa de que a 'crise' não é um dado objetivo, mas uma performance deliberada voltada a deslocar a questão migratória para o campo da excepcionalidade. No primeiro momento, examina-se a dimensão discursiva dessa estratégia, analisando como a construção de uma 'América da Crise' serviu para tornar inimigo o imigrante latino-americano e estabelecer uma ameaça existencial à identidade estadunidense. Na sequência, o capítulo debruça-se sobre a materialização política desse processo, demonstrando de que maneira essa arquitetura retórica forneceu o lastro de legitimidade necessário para a implementação, e tentativas de implementação, de medidas extraordinárias e políticas anti-imigração que romperam com a gestão política ordinária.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SECURITIZAÇÃO E POPULISMO

O presente capítulo desenvolve um enquadramento teórico que articula a Escola de Copenhague, a teoria da securitização, a securitização da imigração e o populismo de direita, com foco no contexto norte-americano. Parte-se da compreensão da segurança como uma construção social e intersubjetiva, produzida por práticas discursivas que transformam determinadas questões em ameaças existenciais e legitimam a adoção de medidas excepcionais. Em seguida, analisa-se a securitização da imigração como um processo histórico-político por meio do qual a mobilidade humana passa a ser enquadrada sob a lógica da segurança, resultando na normalização de regimes de exceção, na criminalização da irregularidade migratória e na produção de hierarquias identitárias. Por fim, o capítulo examina o populismo de direita enquanto lógica discursiva que mobiliza narrativas de crise, antagonismos entre “povo” e “outro” e lideranças carismáticas para sustentar projetos nativistas e excludentes, evidenciando como, na administração Trump, a securitização da imigração se articula à construção do migrante racializado como ameaça existencial à segurança nacional e à instrumentalização da crise como técnica de legitimação do poder político.

2.1 O prisma da securitização: A Escola de Copenhague e a construção da imigração como ameaça

A segurança constitui um dos conceitos centrais no debate contemporâneo dos estudos internacionais, sendo atravessada pela disputa entre perspectivas tradicionais e críticas sobre o que configura uma ameaça e de que maneira ela deve ser enfrentada. Nesse sentido, a teoria da securitização, desenvolvida no âmbito da Escola de Copenhague, representa uma tentativa de alargar e redefinir o campo, ao compreender a segurança como um processo discursivo no qual determinados temas são construídos como ameaças existenciais por meio de atos de fala. Tal perspectiva insere-se em um contexto de intensos debates teóricos dentro das Relações Internacionais, em que, como observa Williams,

Over the past decade, the field of security studies has become one of the most dynamic and contested areas in International Relations. In particular, it has become perhaps the primary forum in which broadly social constructivist approaches have challenged traditional largely Realist and neoRealist-theories on their "home turf", the area in which some of the most vibrant new approaches to the analysis of international politics are being developed, and the realm in which some of the most

engaged theoretical debates are taking place.. (2003, p. 511)³

Nesse sentido, no campo dos estudos de segurança é possível identificar três vertentes teóricas principais (Buzan, 1997). A primeira é a tradicionalista, que mantém o foco no uso da força e nas questões militares, abordando as ameaças de forma objetivista e, em grande parte, a partir de uma perspectiva estado-cêntrica. Em contraposição, a vertente crítica entende que tanto as ameaças quanto os objetos de segurança são construções sociais, cabendo aos acadêmicos revelar alternativas a essas construções dominantes, com vistas à emancipação dos indivíduos. Por fim, a vertente abrangente, da qual a Escola de Copenhague é exemplo, busca uma posição intermediária ao defender o alargamento do conceito de segurança para além do militar, incluindo ameaças não tradicionais.

Desse modo, a Teoria da Securitização, desenvolvida no âmbito dos Estudos Críticos de Segurança (Critical Security Studies – CSS), marca uma inflexão teórica significativa frente às concepções tradicionais de segurança. Durante a Guerra Fria, o conceito era amplamente dominado pela lógica realista (tradicionalista), centrada na proteção da soberania estatal e na prevenção de ameaças militares externas. Como destacam Buzan, Wæver e de Wilde (1998), essa visão reduzia a segurança à sobrevivência do Estado diante de ameaças militares, negligenciando, contudo, outras dimensões, como as políticas, sociais e econômicas. O declínio da hegemonia realista no pós-Guerra Fria, catalisado, entre outros fatores, por sua incapacidade de antecipar mudanças estruturais como a dissolução do bloco soviético e a queda do Muro de Berlim, impulsionou uma reavaliação crítica do conceito de segurança nas Relações Internacionais.

Conforme Buzan, Wæver e de Wilde (1998) elucidam em *Security: A New Framework for Analysis*, a segurança não é uma condição intrínseca, mas uma construção social e intersubjetiva, que transforma uma questão política em um imperativo de segurança. A Escola de Copenhague utiliza, desse modo, o conceito de “ato de fala” (speech-act), originalmente criado por John L. Austin, que parte da ideia de que o discurso não é apenas uma expressão, mas também uma forma de ação que produz efeitos concretos. Nesse sentido, Austin distingue três dimensões fundamentais no ato de fala: o ato locucionário, que corresponde à produção de uma enunciação dotada de sentido e referência; o ato ilocucionário, que se refere à ação realizada ao proferir a fala (como prometer, ordenar, ou declarar) e constitui o núcleo

³ Tradução nossa: Durante a última década, o campo dos estudos de segurança tornou-se uma das áreas mais dinâmicas e contestadas em Relações Internacionais. Especificamente, ele se tornou talvez o fórum primário no qual abordagens largamente construtivistas têm desafiado teorias tradicionais — em sua maioria realistas ou neorrealistas — no seu ‘terreno doméstico’, a área em que algumas das mais vibrantes novas abordagens para a análise da política internacional estão sendo desenvolvidas, e o âmbito em que alguns dos debates teóricos mais engajados estão ocorrendo.

performativo da linguagem; e o ato perlocucionário, que diz respeito aos efeitos produzidos pela enunciação sobre o interlocutor, como persuadir, convencer ou emocionar (Balzacq, 2005). Essa estrutura triádica evidencia que a linguagem não é um instrumento neutro, mas um meio de ação social, no qual falar é, em si, uma forma de agir.

Desse modo, o processo de securitização, conforme formulado pela Escola de Copenhague, representa um mecanismo discursivo por meio do qual um determinado tema é deslocado da esfera política ordinária para o domínio da segurança, legitimando, assim, a adoção de medidas excepcionais (Buzan et al., 1998). A identificação de uma ameaça por parte do agente securitizador não possui, portanto, um caráter objetivo, mas é construída intersubjetivamente através de um ato de fala que visa persuadir uma audiência sobre a gravidade e a urgência do problema apresentado. Como afirma Wæver (1995, p. 55, tradução nossa) “ao dizer ‘segurança’, um representante do Estado move um determinado desenvolvimento para uma área específica, e, portanto, reivindica um direito especial de usar quaisquer meios necessários para bloqueá-lo”⁴. O autor deixa claro, nesse sentido, que a segurança não é uma condição objetiva, mas um efeito performativo do discurso, no qual a simples enunciação de uma ameaça, por um ator com autoridade, tem o poder de politicamente produzi-la como tal.

Sob essa ótica, a funcionalidade do ato de fala reside na capacidade de estruturar uma percepção de ameaça existencial contra um objeto referente; isto é, uma entidade (como o Estado, a identidade nacional ou o meio ambiente) que possui uma reivindicação legítima de sobrevivência (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998). Ao enquadrar um tema por meio dessa "gramática da segurança", o ator securitizador busca suspender o debate político convencional e as regras democráticas ordinárias, justificando a adoção de medidas extrajurídicas ou emergenciais. No entanto, a teoria enfatiza que a securitização não se completa com a mera enunciação; ela é um processo inerentemente intersubjetivo que depende da anuência de uma audiência relevante. Conforme pontuam Buzan et al. (1998, p. 25), "a securitização não é apenas um ato de fala, mas uma 'movida' (move) discursiva bem-sucedida que convence a audiência de que as regras normais podem ser abandonadas em favor de uma resposta de emergência".

Ademais, para Balzacq (2005), a securitização deve ser entendida como uma prática estratégica e pragmática, e não como um simples ato de fala isolado. Essa perspectiva desloca

⁴ No original: “[...] By uttering ‘security’ a state-representative moves a particular development into a specific area and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it.

o foco do discurso enquanto estrutura formal para as condições concretas em que ele ocorre, enfatizando que a securitização é um processo relacional, moldado por circunstâncias contextuais, disposições psicoculturais e dinâmicas de poder entre o ator securitizador e sua audiência (Balzacq, 2005). Assim, para o autor, a eficácia de um ato de securitização não está apenas na enunciação da palavra “segurança”, mas na capacidade do ator de mobilizar recursos discursivos e simbólicos que ressoem com os valores e percepções do público a quem o discurso se dirige.

Nesse sentido, Balzacq (2005) identifica três dimensões essenciais que estruturam a prática da securitização: o poder, a audiência e o contexto. A primeira refere-se à desigualdade no acesso aos recursos discursivos, ou seja, nem todos os atores têm a mesma legitimidade ou autoridade para definir algo como uma ameaça. A segunda diz respeito ao papel ativo da audiência, cuja aceitação ou rejeição é decisiva para a consolidação do processo securitizador. A terceira envolve o contexto, entendido como o conjunto de condições históricas, institucionais e culturais que moldam as possibilidades de significação e recepção do discurso. Dessa forma, a securitização é bem-sucedida apenas quando há congruência entre esses fatores, ou seja, quando o ator possui legitimidade, o discurso encontra eco na audiência e o contexto favorece a interpretação da questão como uma ameaça existencial.

No que concerne à dimensão do Poder, a moldura teórica de Balzacq (2011) postula que a eficácia da securitização está indissociavelmente ligada ao "capital social" do ator, o qual determina sua capacidade de mobilizar recursos e ocupar espaços de fala legítimos. No caso da administração Trump, observa-se que o exercício desse poder não se restringiu à construção semântica do imigrante como uma ameaça existencial, mas operou como uma ferramenta estratégica para curto-circuitar o processo deliberativo. Ao recorrer a instrumentos unilaterais, como ordens executivas e a declaração de emergência nacional, o Executivo buscou transmutar a securitização de um processo intersubjetivo em um fato administrativo consumado.

Desse modo, essa manobra tentou converter uma vontade política subjetiva em uma medida técnica de execução imediata, desafiando a premissa balzaquiana de que a securitização requer uma negociação bem-sucedida com as audiências institucionais. Conforme argumenta o autor:

In the political field, like in many others, the ability of bringing about transformations with words largely depends on the authority that actually articulates sequences of utterances. [...] public officials would find it easier, compared to any other securitizing actor, to securitize an issue, primarily, because they hold

influential positions in the security field based on their political capital. (Balzacq, 2011, p. 25-26).⁵

Nessa lógica, o capital social e institucional da Presidência é mobilizado para silenciar o dissenso e transformar o ato de fala em ato administrativo, sugerindo que, em sistemas de forte pilar executivo, a "aceitação" da audiência pode ser substituída pela capacidade técnica de imposição estatal, reconfigurando os limites da teoria clássica da securitização.

Em última análise, a trajetória da securitização migratória sob uma lógica unilateral revela não apenas a expansão do poder executivo, mas a interdição ativa de qualquer processo de dessecuritização. Ao consolidar a imigração como uma ameaça existencial perene e institucionalizar mecanismos de controle que operam à margem do escrutínio parlamentar, o Estado promove uma cristalização discursiva que impede o retorno do tema à esfera da política ordinária e deliberativa. Conforme adverte Wæver (1995), a securitização deve ser compreendida como um fracasso da política convencional, sendo a dessecuritização o objetivo normativo necessário para a preservação democrática:

The success of a democratic system, in this view, is its ability to handle more and more issues through the normal political process—that is, to desecuritize. Securitization should be seen as a failure to handle an issue as normal politics. [...] Desecuritization is the optimal long-range option, since it means not to have issues phrased as 'threats' against which 'security' measures are necessary (Wæver, 1995, p. 57).⁶

.Portanto, a administração de Donald Trump exemplifica o ápice dessa 'política do pânico', na qual a mobilização de instrumentos como o *National Emergencies Act* e diversas ordens executivas não serviram apenas para viabilizar a construção de barreiras físicas, mas para selar simbolicamente o tema migratório no campo da indesejabilidade e do perigo existencial.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, torna-se essencial contextualizar o processo de securitização da imigração, a fim de compreender como transformações discursivas e políticas redefiniram a forma como os fluxos migratórios passaram a ser percebidos e administrados pelos Estados. Segundo Ibrahim (2005), historicamente, a migração não foi

⁵ Tradução nossa: No campo político, como em muitos outros, a capacidade de provocar transformações com palavras depende amplamente da autoridade que efetivamente articula as sequências de enunciados. [...] funcionários públicos achariam mais fácil, comparados a qualquer outro ator securitizador, securitizar uma questão, primordialmente, porque detêm posições influentes no campo da segurança baseadas em seu capital político

⁶ Tradução nossa: O sucesso de um sistema democrático, sob esta ótica, reside na sua capacidade de tratar um número cada vez maior de questões através do processo político normal — ou seja, de dessecuritizar. A securitização deve ser encarada como uma falha em lidar com um tema no âmbito da política normal. [...] A dessecuritização representa a opção ideal a longo prazo, dado que implica não formular as questões como 'ameaças' contra as quais medidas de 'segurança' tornam-se necessárias.

concebida como uma ameaça, mas como um elemento central para o desenvolvimento econômico e social das nações. No contexto canadense, por exemplo, o processo migratório foi decisivo para a expansão territorial e para a inserção do país no mercado transatlântico, e a migração, portanto, atuava como fator mediador do crescimento capitalista e instrumento de modernização estatal (Ibrahim, 2005). Contudo, com o fim da Guerra Fria, as transformações no conceito de segurança provocaram uma reconfiguração discursiva: a mobilidade humana passou a ser enquadrada sob uma ótica securitária, caracterizando o processo de securitização da migração.

A partir da perspectiva de Agamben (2004), a securitização da migração nas democracias contemporâneas pode ser compreendida como uma manifestação do estado de exceção, no qual a lógica da emergência é mobilizada para justificar a suspensão de direitos e a adoção de medidas coercitivas em nome da segurança nacional. Segundo Agamben,

o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (Agamben, 2004, p.13)

Sob essa ótica, a administração Trump não apenas utilizou a retórica da 'invasão' como artifício discursivo, mas institucionalizou um estado de exceção no qual o migrante latino-americano foi categorizado como o elemento por excelência 'não integrável' ao corpo social.

Esse processo se intensifica no contexto pós-11 de setembro, quando a ascensão do terrorismo internacional amplificou a percepção do migrante como potencial inimigo e fonte de instabilidade. Ainda segundo Agamben,

o significado imediatamente biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão aparece claramente na "military order", promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a "indefinite detention" e o processo perante as "military commissions" (não confundir com os tribunais militares previstos pelo direito da guerra) dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas (Agamben, 2004, p. 14).

Dessa forma, a transição da figura do 'terrorista' para a do 'imigrante' como objeto primordial da excepcionalidade soberana reflete a consolidação de um paradigma no qual a segurança nacional se sobrepõe incondicionalmente às garantias individuais.

A articulação entre o estado de exceção agambeniano e a teoria da securitização revela o mecanismo pelo qual a retórica política é convertida em práxis excludente. Enquanto o ato de fala securitizador rotula o migrante como uma ameaça existencial à segurança nacional, o estado de exceção provê o arcabouço prático para a implementação de medidas

extraordinárias que transcendem a normalidade democrática. O resultado desse nexos é a produção sistemática da 'vida nua' nas fronteiras, conceito que, formulado por Giorgio Agamben (2002), designa a existência humana reduzida à sua dimensão puramente biológica e despojada de proteção política, sendo capturada pelo poder soberano no exato momento em que a suspensão da norma legal autoriza o exercício de um controlo direto sobre o corpo. Nesse cenário, as políticas migratórias da era Trump exemplificam a operacionalização dessa zona de indistinção jurídica, na qual o imigrante, destituído de garantias civis básicas, é submetido a um regime de detenção e vigilância que ignora os limites do constitucionalismo liberal.

Além disso, a construção discursiva da migração como ameaça à coesão nacional e à comunidade ocidental constitui um dos mecanismos centrais de produção da alteridade nas democracias contemporâneas. Segundo Huysmans,

the discourse frames the key question about the future of the political community as one of a choice for or against migration. But it is not a free choice because a choice for migration is represented as a choice against (the survival of) the political community. The discourse reproduces the political myth that a homogenous national community or western civilization existed in the past and can be re-established today through the exclusion of those migrants who are identified as cultural aliens⁷ (2000, p.758).

Desse modo, a securitização da migração opera como uma prática discursiva que reforça hierarquias identitárias e legitima políticas de exclusão, sustentando a ilusão de que a segurança e a estabilidade social só podem ser alcançadas por meio da contenção da alteridade e da preservação de uma identidade nacional essencializada.

Nesse contexto, a figura do migrante irregular emerge como um elemento central na consolidação do paradigma securitário contemporâneo. Ao buscar evadir os mecanismos de controle e vigilância impostos pelos Estados, esses indivíduos passam a ser simbolicamente construídos como portadores de risco, situados na fronteira entre a legalidade e a ameaça. Como observa (Guild, 2009), a própria noção de legalidade é ressignificada dentro dessa lógica, tornando-se uma questão de segurança, na qual o ilegal representa não apenas uma infração normativa, mas uma potencial ameaça à ordem social e política. Essa construção discursiva legitima o fortalecimento de aparatos policiais e de vigilância transnacional, que identifica no migrante irregular o arquétipo das figuras clandestinas contemporâneas sobre as

⁷ Tradução nossa: o discurso enquadra a questão central sobre o futuro da comunidade política como uma escolha a favor ou contra a migração. Mas não se trata de uma escolha livre, pois optar pela migração é apresentado como optar contra (a sobrevivência da) comunidade política. O discurso reproduz o mito político de que uma comunidade nacional homogênea ou uma civilização ocidental existiu no passado e pode ser restabelecida hoje por meio da exclusão dos migrantes identificados como estrangeiros culturais

quais os Estados procuram exercer controle (Campesi, 2012).

Nesse cenário, os regimes contemporâneos de fronteira e migração expressam a dimensão política do controle da mobilidade humana, uma vez que transformam o direito de deslocar-se em um campo de disputa no qual o Estado reafirma seu poder soberano sobre os corpos em trânsito. Segundo De Genova (2003), a chamada “irregularidade” migratória, longe de representar uma anomalia, constitui um produto previsível e funcional do próprio sistema de vigilância e controle das fronteiras. Trata-se, portanto, de uma construção institucionalizada que legitima práticas de exclusão e justifica a perpetuação de estruturas coercitivas voltadas à contenção da mobilidade.

No contexto norte-americano, o atentado de 11 de setembro de 2001 representou um divisor de águas na política migratória, ao promoverem a consolidação definitiva entre as agendas de imigração e contraterrorismo sob a lógica da segurança nacional. A criação do Departamento de Segurança Interna (DHS) materializou essa fusão institucional, conferindo ao Estado um poder ampliado de vigilância e controle por meio de novas tecnologias de identificação e da atuação de agências como o Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) e a Guarda Costeira (Zaiotti, 2016). Essa reconfiguração institucional consolidou a segurança como eixo estruturante das políticas migratórias e, ao mesmo tempo, remodelou a figura do migrante, que passou a ser percebido como um sujeito associado à ameaça e à desordem, em vez de como parte integrante da dinâmica social e econômica dos Estados Unidos.

Entretanto, o processo de securitização das fronteiras norte-americanas antecede a emergência do terrorismo global, encontrando nas narrativas de combate ao narcotráfico seu primeiro campo de legitimação. Nesse contexto, a centralidade do México no regime de controle norte-americano não se limita à vigilância de limites geográficos, mas consolida o fenômeno da externalização da fronteira, no qual o território mexicano passa a atuar como uma extensão administrativa e securitária do aparato estadunidense. Nesse arranjo, a fronteira deixa de ser uma linha estática para se tornar um espaço fluido e transnacional de contenção, transformando o México em um “Estado-tampão”⁸ estratégico. Conforme observa Velázquez (2023), essa externalização cria uma zona de contenção estratificada, onde o México, condicionado por pressões comerciais e acordos como o USMCA, assume o custo político e humanitário da repressão migratória.

⁸ Geopoliticamente, o conceito de Estado-tampão refere-se a uma unidade política situada entre potências rivais, cuja existência visa atenuar tensões fronteiriças e evitar o choque direto de interesses expansionistas (Mello, 1999). No contexto contemporâneo, essa lógica tem sido revisitada para analisar como países periféricos são pressionados a atuar como zonas de contenção, como observado na relação entre os Estados Unidos e o México no que tange à externalização das fronteiras migratórias.

Em suma, a trajetória da securitização migratória nos Estados Unidos revela que a fronteira contemporânea não se limita à demarcação geográfica, mas opera como um dispositivo de controle móvel e desterritorializado. A convergência entre o aparato institucional do pós-11 de setembro e a pressão estratégica sobre o México consolida o que Stumpf (2006) denomina como "crimigração" (*crimmigration*): a fusão sistêmica entre o direito penal e o direito migratório, onde o imigrante é despojado de sua subjetividade política e reduzido a um objeto de gestão de riscos. Essa dinâmica de externalização e criminalização reitera a premissa de que a segurança, longe de ser um conceito neutro, é instrumentalizada para reforçar a soberania estatal em detrimento da vulnerabilidade humana.

Conclui-se, portanto, que a securitização da imigração na região não apenas redefine as práticas policiais, mas altera a própria ontologia do migrante nas democracias liberais. Ao transformar a mobilidade em uma ameaça existencial e a fronteira em um espaço de exceção permanente, o Estado norte-americano, em colaboração com seus parceiros regionais, estabelece uma ordem política na qual a "vida nua" do migrante, nos termos de Agamben, torna-se o terreno sobre o qual se exerce a soberania absoluta. Assim, o processo aqui analisado não é uma anomalia temporária, mas a consolidação de um paradigma de governamentalidade que prioriza a interdição preventiva sobre o imperativo ético dos direitos humanos.

2.2 O populismo de direita e o uso estratégico da narrativa de crise

O populismo constitui um dos conceitos mais debatidos nas ciências sociais e políticas contemporâneas, caracterizando-se por sua natureza multifacetada e pela dificuldade em circunscrevê-lo a uma definição única e estável. Descrito por Panniza (2005) como um "objeto anexato", o populismo apresenta contornos vagos, cuja fixação excessivamente rígida tende a reduzir sua complexidade e a ofuscar suas múltiplas manifestações. Apesar disso, segundo o autor, a literatura especializada identifica um núcleo analítico em torno do qual há significativo consenso, permitindo compreender o populismo não como uma ideologia, mas sobretudo como um modo de articulação política que envolve a construção de fronteiras simbólicas entre "povo" e "elite" e a mobilização de identidades coletivas em contextos de crise ou de falha institucional (Panniza, 2005). Um exemplo dessa perspectiva é oferecido por Mudde (2004), que entende o populismo como uma ideologia baseada na divisão da sociedade em dois blocos homogêneos e opostos, "o povo puro" e "a elite corrupta", e sustenta que a política deve refletir, de maneira direta, a vontade geral do povo.

Dessa modo, ao longo desta análise, enfatizo a compreensão do populismo a partir de

sua abordagem como articulação discursiva. Nesse sentido, Laclau (2005) propõe que o populismo deve ser pensado como uma categoria ontológica, e não meramente ôntica, ou seja, sua natureza não reside em conteúdos substantivos particulares, mas no modo de articulação que confere forma a tais conteúdos. Essa perspectiva desloca o foco daquilo que é representado para o processo de representação em si, destacando como o populismo organiza e reconfigura significados sociais e políticos por meio de práticas discursivas. Assim, para Laclau (2005), o populismo opera como uma lógica articulatória capaz de estruturar o campo político, produzindo efeitos que se manifestam sobretudo na construção de identidades coletivas e nos modos de representação que contrapõem categorias sociais.

Ainda segundo a abordagem laclausiana, é importante compreender que o populismo se materializa por meio da contraposição entre grupos sociais construídos discursivamente, em que a delimitação de uma alteridade política e o apelo anti-status quo adquirem papel estruturante na dinâmica populista. Segundo Panizza, o

Antagonism is thus a mode of identification in which the relation between its form (the people as signifier) and its content (the people as signified) is given by the very process of naming — that is, of establishing who the enemies of the people (and therefore the people itself) are (2005, p. 3).⁹

Ademais, o autor também argumenta que uma dimensão de ruptura com a ordem vigente é essencial ao populismo, uma vez que a formação integral das identidades populares depende da derrota política do “outro”, concebido como agente de opressão ou exploração do povo e, conseqüentemente, como obstáculo à sua afirmação (Panizza, 2005).

Nesse cenário, o populismo surge exatamente nesse ponto: quando elementos de caráter popular e democrático são mobilizados e transformados em um polo de oposição à ideologia dominante. Ou seja, a luta de classes passa a incorporar um discurso mais amplo, que se apresenta em nome do “povo”, utilizando interpelações capazes de gerar identificação coletiva e antagonizar o poder instituído (Laclau, 1977). Dessa forma, o populismo funciona como um recurso discursivo que pode ser anexado a diferentes ideologias, servindo para revestir interesses particulares de um caráter universal e democrático. Assim, uma ideologia populista deve ser compreendida como uma combinação entre esse núcleo antagônico, que contrapõe o povo às elites, e os conteúdos próprios dos discursos de classe que o incorporam (Laclau, 1977).

Partindo do reconhecimento de que o “núcleo duro” do populismo reside no

⁹ Tradução nossa: antagonismo é [...] um modo de identificação em que a relação entre sua forma (o povo como significante) e seu conteúdo (o povo como significado) é dada pelo próprio processo de nomeação — isto é, de estabelecer quem são os inimigos do povo (e, portanto, o próprio povo).

antagonismo entre “o povo” e seus “inimigos”, torna-se fundamental analisar, brevemente, a própria noção de “povo”. Sob a perspectiva formal do populismo, é necessário rejeitar qualquer forma de determinismo, pois o “povo”, em toda configuração populista, constitui-se como produto de uma construção política, e não como uma entidade previamente dada (Laclau, 2005). Segundo Laclau, the ‘people’, as operating in populist discourses, is never a primary datum but a construct — populist discourse does not simply express some kind of original popular identity; it actually constitutes the latter (2005, p.48).¹⁰

Outrossim, ao avançar na análise da concepção de “povo” no populismo, destaca-se que uma de suas características recorrentes é a construção dessa categoria como um corpo homogêneo, em que diferenças internas são invisibilizadas ou deslegitimadas, enquanto certos grupos específicos são estrategicamente excluídos e representados como ameaça à unidade popular (Jagers; Walgrave, 2007). Essa lógica esteve presente, por exemplo, na mobilização da primeira campanha eleitoral de Donald Trump, cuja base de apoio concentrou-se majoritariamente entre brancos da classe trabalhadora, sem formação universitária, residentes no Sul e no Centro-Oeste dos Estados Unidos (Pew Research Center, 2016). Estudos longitudinais e etnográficos demonstraram que tais eleitores expressavam simultaneamente um sentimento de alienação política, combinado a percepções negativas sobre a globalização, o comércio internacional e a imigração, articulando assim uma visão de mundo marcada pela exclusão de grupos percebidos como “ameaça” à identidade nacional (Pew Research Center, 2018).

Nesse sentido, a administração Trump pode ser compreendida dentro do escopo do populismo radical de direita delineado por Cas Mudde (2019), cujo objetivo central é o nativismo, entendido pelo autor como a combinação de nacionalismo e xenofobia. Sob essa perspectiva, a nação é concebida como um corpo homogêneo que deve ser preservado da presença de elementos estrangeiros, considerados intrinsecamente ameaçadores à coesão social e à soberania estatal. Segundo Mudde, no populismo de direita, “It wants to (re)create this monocultural state by closing the borders to immigrants and giving “aliens” a choice between assimilation or repatriation”¹¹ (2019, p. 28).

Posteriormente observaremos que essa visão traduziu-se em políticas e discursos voltados à restrição migratória, ao fechamento de fronteiras e à estigmatização de grupos

¹⁰ Tradução nossa: o ‘povo’, como opera nos discursos populistas, nunca é um dado primário, mas uma construção — o discurso populista não expressa simplesmente algum tipo de identidade popular original; ele, na verdade, constitui esta última.

¹¹ Tradução nossa: busca-se (re)criar esse Estado monocultural por meio do fechamento das fronteiras aos imigrantes e da imposição de uma escolha aos “alienígenas”: assimilar-se ou repatriar-se.

específicos, notadamente imigrantes latino-americanos e muçulmanos, apresentados como incompatíveis com os valores da sociedade norte-americana pelo governo Trump. Assim, o governo não apenas mobilizou o discurso da exclusão como mecanismo de demarcação da identidade nacional, mas também institucionalizou práticas que visavam à construção de um Estado etnicamente delimitado, aproximando-se do ideal de “etnocracia” descrito por Mudde (2019).

Ademais, torna-se indispensável destacar o papel do líder na dinâmica do populismo, uma vez que é por meio dele que essas disposições sociais são articuladas discursivamente. Sob essa perspectiva, o líder populista pode ser compreendido, à luz da tipologia weberiana, como uma manifestação de liderança carismática, na medida em que sua legitimidade não decorre de instituições formais, mas da crença de seus seguidores em qualidades excepcionais que o distinguem dos demais atores políticos e o autorizam a encarnar e representar a vontade popular (Schneiker, 2020). Desse modo, a liderança populista se estabelece como um ponto de condensação simbólica no qual se projetam as ansiedades, esperanças e identidades coletivas, convertendo o líder em intérprete e porta-voz legítimo dos seguidores.

No entanto, a autora Schneiker (2020) vai além nessa discussão ao propor o conceito de “super-herói populista”, que amplia a análise da liderança carismática ao contexto contemporâneo, mostrando que as qualidades excepcionais do líder são performadas publicamente, muitas vezes em situações de crise, e potencializadas por recursos midiáticos e técnicas de entretenimento. Esse enquadramento ressalta que o carisma não é apenas uma característica individual, mas um recurso relacional construído na interação entre líder, mídia e sociedade, sendo continuamente reforçado pelas narrativas de crise que sustentam a legitimidade populista. Assim, o líder populista contemporâneo não apenas encarna a excecionalidade weberiana, mas a dramatiza, transformando a política em espetáculo e o eleitorado em público, o que permite analisar como a crise, a mídia e a performance do líder se articulam para consolidar a autoridade populista (Moffitt, 2016; Heinisch, 2003).

Nesse sentido, as narrativas de crise ocupam uma posição central na dinâmica do populismo, pois estruturam o campo discursivo em que se constroem percepções de ameaça, urgência e necessidade de ação imediata. Em primeiro lugar, é importante apresentar o conceito de crise que, segundo Moffit (2015), é usualmente vinculado à falha e à necessidade de ação para corrigi-la. Nesse ponto, é fundamental distinguir o conceito de crise do conceito de falha: enquanto a falha remete a disfunções estruturais ou institucionais que fornecem as pré-condições para a crise, esta última só se configura quando tais falhas são narradas e reconhecidas coletivamente, transformando-se em um chamado à ação imediata (Moffit,

2015). Essa diferenciação é crucial porque evidencia que o populismo não depende apenas da existência objetiva de falhas, mas sobretudo da capacidade de enquadrá-las discursivamente como crises, reforçando a dimensão performativa que lhe é constitutiva.

Ainda segundo Moffit (2015), uma das características principais que distinguem as crises no populismo das demais crises políticas é a centralidade atribuída ao “povo” como sujeito político. O autor argumenta que

populist performances of crisis is to divide ‘the people’ from those ostensibly responsible for the crisis – whether that is the elite, some dangerous other or a combination of both. If it does not succeed in this regard, the populist performance of crisis fails. (Moffit, 2015, p. 208)¹²

Dessa forma, a centralidade do “povo” como sujeito político é o que diferencia a performance populista da crise de outras formas de políticas de crise, nas quais podem ser mobilizados distintos atores coletivos sem que necessariamente assumam a forma homogênea e dicotômica entre “povo” e “outro”.

Adicionalmente, a análise das narrativas de crise deve considerar sua conexão intrínseca com o exercício da liderança populista, articulação esta que será explorada com maior profundidade analítica em seções subsequentes deste trabalho. Sob essa ótica, a crise não é tratada apenas como um evento conjuntural externo, mas como uma performance deliberada (Moffitt, 2016) utilizada para legitimar a autoridade carismática. Nesse modelo de governança, o líder populista atua como um “empreendedor político” que dramatiza falhas sistêmicas para instaurar uma retórica de urgência e excepcionalidade. Ao fazê-lo, ele se projeta como o único mediador capaz de salvaguardar a soberania do povo diante de ameaças existenciais construídas discursivamente.

Em síntese, a convergência entre a performance da crise e a construção arquetípica do “super-herói populista” consolida um modelo de governança que substitui a racionalidade deliberativa pela espetacularização do salvacionismo político. Ao transmutar falhas institucionais em crises existenciais crônicas, o líder populista não apenas mobiliza o afeto de uma audiência moralmente engajada, mas institucionaliza a urgência como uma técnica de governo permanente. Desse modo, ao transformar falhas institucionais em crises existenciais crônicas, o líder adota a urgência como uma técnica de governo permanente; isso não só mobiliza o afeto de um público com forte engajamento moral, mas também institucionaliza esse estado de constante emergência. Conclui-se, portanto, que a crise performada atua como

¹² Tradução nossa: o objetivo primordial das performances populistas de crise é dividir “o povo” daqueles que são, ostensivamente, responsáveis pela crise — sejam as elites, algum “outro” perigoso, ou uma combinação de ambos. Se não tiver êxito nesse aspecto, a performance populista da crise fracassa.

o catalisador de uma reconfiguração do poder soberano, na qual a proteção da identidade do "povo" e a interdição do "outro" se tornam os pilares de uma legitimidade que, sob o manto do entretenimento político e da urgência fabricada, redefine os limites fundamentais do constitucionalismo e da democracia liberal contemporânea.

3. ANÁLISE DISCURSIVA: A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA MIGRATÓRIA NOS PRONUNCIAMENTOS DE DONALD TRUMP

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, ancorada na Análise Crítica do Discurso (ACD), com o propósito de investigar como a primeira administração Trump (2017–2021) produziu e mobilizou práticas discursivas voltadas à securitização da imigração mexicana, articulando a figura do imigrante como ameaça à segurança nacional norte-americana. Partindo da compreensão de que o discurso constitui um instrumento de poder capaz de moldar percepções sociais e legitimar políticas excludentes, a análise centra-se na linguagem como meio de produção e reprodução de ideologias, especialmente aquelas associadas à xenofobia, racialização e à narrativa da crise. Desse modo, busca-se compreender de que forma a retórica populista de Trump, ao mobilizar noções de perigo e excepcionalidade, construiu o migrante latino-americano como inimigo interno e conferiu legitimidade a práticas políticas e securitárias voltadas ao controle e à exclusão na fronteira sul dos Estados Unidos.

3.1 Fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e o Modelo do Quadrado Ideológico de Van Dijk

O termo Análise Crítica do Discurso (ACD) foi introduzido pelo linguista britânico Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, em artigo publicado no *Journal of Pragmatics* em 1985, marcando a consolidação de uma abordagem comprometida com a compreensão das relações entre linguagem, ideologia e poder. Essa perspectiva deriva diretamente da tradição da chamada Linguística Crítica (LC), desenvolvida na década de 1970, a qual, conforme argumenta Rajagopalan (2002), parte da convicção de que teorizar sobre a linguagem não constitui um exercício neutro de metadiscurso, mas uma forma de intervenção na prática social e nas estruturas que sustentam desigualdades e assimetrias. A ACD, ao dar continuidade aos pressupostos da LC, amplia seu alcance teórico e metodológico ao incorporar contribuições de distintas tradições intelectuais.

Segundo Wodak (2003), sua consolidação disciplinar ocorreu no início dos anos 1990, particularmente a partir do simpósio realizado em Amsterdã, em 1991, que reuniu autores como Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough, responsáveis por formular os princípios basilares que orientariam a difusão internacional dos estudos críticos do discurso. Nesse contexto, a Análise Crítica do Discurso estabelece-se como uma abordagem que compreende a linguagem como uma prática social

intrinsecamente vinculada às estruturas de poder e às formações ideológicas. Sua epistemologia parte do pressuposto de que os textos são produtos de práticas sociais situadas, refletindo as condições materiais, históricas e simbólicas de seus produtores, ao mesmo tempo em que reproduzem, ou contestam, as desigualdades nas quais esses sujeitos estão inseridos.

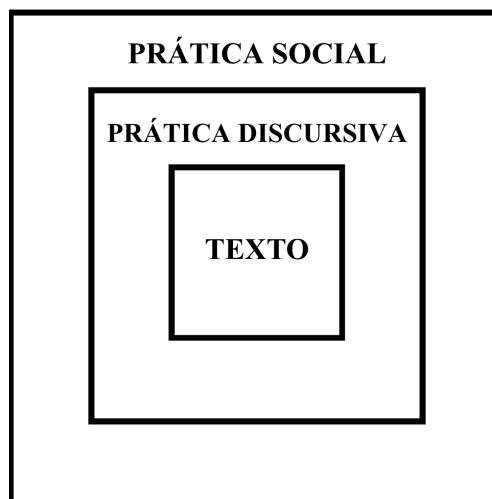
Ademais, a Análise Crítica do Discurso parte do pressuposto de que práticas linguísticas estão imbricadas em relações de poder e, por isso, dedica-se a examinar como textos e discursos contribuem para a produção, manutenção e naturalização de desigualdades sociais. Em vez de tratar a linguagem como instrumento neutro, essa abordagem evidencia os modos pelos quais instituições e grupos dominantes inscrevem e legitimam suas ideologias por meio de representações específicas de atores sociais, conforme apontam van Dijk (1996) e van Leeuwen (1996). Assim, a ACD não se limita a identificar assimetrias de poder, mas busca compreender como essas são discursivamente operacionalizadas e reforçadas em diferentes contextos comunicativos. Ao mesmo tempo, sua vocação é também interventiva, na medida em que procura fornecer subsídios analíticos para a crítica e a transformação das estruturas que sustentam desigualdades (Martin, 2000), contribuindo para formas mais equitativas de participação social e simbólica.

A Análise Crítica do Discurso configura-se como uma abordagem que articula a investigação textual a processos sociais e interacionais mais amplos, buscando demonstrar de que modo a linguagem atua na constituição e reprodução de práticas sociais (Fairclough, 2001). Seu caráter crítico decorre da intenção de evidenciar aspectos frequentemente implícitos do uso da língua, especialmente aqueles relacionados a relações de poder, dominação e à circulação de ideologias que moldam percepções e comportamentos. Desse modo, a ACD procura revelar como escolhas linguísticas, estruturais e semânticas não são neutras, mas refletem e sustentam posicionamentos sociais específicos, contribuindo para a naturalização de hierarquias e para a legitimação de determinadas ordens do discurso.

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 101) concebe cada evento discursivo como composto por três dimensões simultâneas e interdependentes — texto, prática discursiva e prática social — que permitem compreender a materialidade linguística em articulação com processos sociais mais amplos. A dimensão textual diz respeito aos elementos estruturais, como escolhas lexicais, coesão, organização sintática e padrões de transitividade, responsáveis por configurar a superfície linguística do discurso. Já a prática discursiva envolve os processos de produção, circulação e interpretação dos textos, abarcando aspectos como coerência, intertextualidade, interdiscursividade e força ilocucionária. Por sua vez, a prática social refere-se aos contextos socioculturais que moldam e são moldados pelo

discurso, incluindo sistemas de poder, ideologias e formas de hegemonia. A ilustração abaixo apresenta essa perspectiva tridimensional do discurso.

Figura 1: Tridimensionalidade do discurso



Fonte: Figura elaborada pelo autor com base em Fairclough (1992, p. 101)

Além disso, a ACD, em diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday e Hasan (1989), adota uma concepção ampliada e semiótica de linguagem, segundo a qual o sentido não é produzido apenas por elementos estritamente linguísticos, mas também por recursos extra-linguísticos que compõem práticas sociais. Fairclough (2001) enfatiza que a ACD consiste em analisar as relações dialéticas entre elementos semióticos (incluindo linguagem verbal, imagens, gestualidades, tipografias e demais modos de significação) e os outros componentes das práticas sociais, como relações de poder, identidades, valores culturais e estruturas institucionais. Partindo da noção de que toda prática social contém dimensões semióticas, a ACD compreende a linguagem em seu sentido mais amplo, como uma forma de produção de significados distribuída por múltiplos modos simbólicos que operam simultaneamente na constituição da vida social.

No âmbito da Análise Crítica do Discurso, Van Dijk (2003) propõe um modelo metodológico, o modelo do Quadrado Ideológico, que, assim como em outras vertentes da ACD, articula de forma indissociável teoria e procedimento analítico. Sua abordagem fundamenta-se na perspectiva de que que sistemas de crenças fundamentais compartilhadas por grupos sociais organizam a vida coletiva através de estruturas cognitivas que orientam percepções, julgamentos e práticas cotidianas. Enquanto formas de cognição social, as ideologias definem valores, normas e representações básicas que permitem aos grupos

interpretar o mundo de maneira coerente com seus interesses, estabelecendo fronteiras simbólicas que se traduzem na distinção entre “nós” e “eles” (Van Dijk, 2003). Essa polarização, central para a própria função das ideologias, constitui-se como um princípio estruturante que organiza tanto a memória social quanto a forma como indivíduos processam informações sobre outros grupos, sendo particularmente evidente em ideologias de caráter excludente, como o racismo.

Segundo a perspectiva sociocognitiva de Van Dijk (1980), os tópicos do discurso desempenham um papel central na comunicação por razões discursivas, cognitivas e sociais, constituindo-se como macroestruturas semânticas derivadas dos significados locais que compõem as microestruturas textuais. Nesse sentido, o atributo distintivo do modelo do Quadrado Ideológico reside na lógica de polarização “nós versus eles”, por meio da qual o próprio grupo é sistematicamente apresentado em termos positivos (“autorrepresentação positiva”), enquanto os grupos externos são representados de forma negativa (“representação negativa dos outros”) (Van Dijk, 1995, p. 22). Desse modo, a macroanálise proposta pelo modelo se organiza em 4 principais tópicos do discurso: ênfase aspectos positivos sobre “nós”; ênfase dos aspectos negativos sobre “eles”; atenuação dos aspectos negativos sobre “nós” e atenuação dos aspectos positivos sobre “eles” (Van Dijk, 2003).

Ademais, no nível microanalítico, o Modelo do Quadrado Ideológico é aprofundado por meio de 25 categorias de análise ideológica sistematizadas por Van Dijk (2003), as quais permitem examinar minuciosamente os mecanismos linguísticos responsáveis pela produção, legitimação e naturalização de ideologias excludentes. Essas categorias operam sobre a materialidade textual (escolhas lexicais, estratégias argumentativas, estruturas sintáticas, pronominalizações, modalizações, entre outras) possibilitando identificar como significados implícitos e explícitos reforçam a polarização entre grupos, sustentam hierarquias simbólicas e orientam interpretações específicas sobre “nós” e “eles”. As 25 categorias utilizadas estão apresentadas de forma sistematizada na tabela a seguir.

Quadro 1 - Estratégias Discursivas

Estratégia de Microanálise	Definição
Auto-glorificação Nacional	Criação de uma representação positiva de um país através de referências positivas (história, princípios).
Autoridade	Menção de autoridades (organizações,

	líderes morais, especialistas, etc.) para apoiar uma afirmação.
Categorização	Atribuição de pessoas a diferentes grupos com base em opiniões e ações.
Comparação	Determina semelhanças e diferenças entre entidades, comparando grupos internos e externos.
Consenso	Estratégia política para defender um país contra ameaças externas ou questões nacionais.
Contra-factuais	Estratégia argumentativa para pedir empatia ou destacar o que algo/alguém seria em outras condições.
Descrição do Ator	Fornece informações detalhadas sobre uma entidade e seu papel em um contexto social/político, positiva ou negativamente.
Eufemismo	Uso de palavras mais brandas para mitigar impressões negativas ou atos do próprio grupo.
Evidencialidade	Uso de fatos e números para apoiar uma afirmação, transmitindo objetividade e credibilidade.
Expressão de Norma	Transmissão de normas sobre como algo deve ou não deve ser feito.
Generalizações	Atribuição de aspectos negativos ou positivos de uma pessoa/pequeno grupo a uma grande população.
Hipérbole	Estratégia linguística que envolve exagero e ênfase extra em algo.
Ilustração/Exemplo	Apresentação de exemplos factuais, apropriados ou fictícios para tornar uma afirmação mais concebível.
Implicação	Processo de compreensão de significados

	implícitos no discurso, inferidos pelo receptor a partir de pressupostos, contextos e conhecimentos compartilhados.
Imprecisão	Uso de linguagem para criar "incerteza e ambiguidade" ao discutir questões sensíveis.
Ironia	Dissimilaridade deliberada entre o que é dito e o que se pretende transmitir, muitas vezes humoristicamente.
Isenção de responsabilidade	Estratégia ideológica para determinar atributos positivos e negá-los usando 'mas', 'ainda', 'contudo'.
Jogo de Números	Uso de números e estatísticas para estabelecer autenticidade e credibilidade.
Lexicalização	Uso de características semânticas de palavras para retratar algo/alguém positiva ou negativamente.
Metáfora	Contraste ou comparação de dois fenômenos ou coisas sem semelhança para atribuir atributos.
Ônus	Refere-se à perda humana ou financeira de um grupo, usada para vitimizar ou evocar sentimentos.
Polarização	Categorização de pessoas em grupo interno (com características positivas) e grupo externo (negativas).
Populismo	Estratégia política para ganhar popularidade promovendo ideias e políticas.
Pressuposição	Suposição implícita sobre o mundo, usada para atingir objetivos políticos sem evidência.
Vitimização	Estratégia política para retratar indivíduos do grupo externo negativamente e o grupo interno como vítimas.

Fonte: Van Dijk (2003)

3.2 Procedimentos de coleta e seleção dos pronunciamentos

A coleta dos pronunciamentos da administração Trump foi realizada por meio da base de dados disponível no sítio eletrônico “The American Presidency Project”, que reúne registros oficiais de pronunciamentos presidenciais. O primeiro critério de filtragem adotado foi o recorte temporal, compreendendo o período de 20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021, correspondente à integralidade do mandato de Donald Trump. Essa delimitação tem como objetivo assegurar que os pronunciamentos analisados reflitam as formulações discursivas produzidas durante o exercício do poder presidencial. Em seguida, procedeu-se à busca avançada utilizando os termos “*southern border*”, “*illegal immigration*”, “*security*”, “*crisis*”, “*Mexico*” e “*criminals*”. A escolha dessas palavras-chave fundamenta-se em sua recorrência em pronunciamentos que associam a migração a noções de ameaça, criminalidade, desordem e risco à segurança nacional.

Posteriormente, foi aplicado o filtro de categoria documental da base, a fim de incluir apenas entrevistas, pronunciamentos oficiais, discursos proferidos e declarações em coletivas de imprensa, por constituírem instâncias formais de enunciação presidencial. Após as etapas de pré-seleção e refinamento, obteve-se um corpus de nove pronunciamentos, considerado representativo para a análise qualitativa proposta. A seleção desse material busca compreender as formas pelas quais a administração Trump construiu discursivamente o migrante como ameaça à segurança nacional norte-americana, legitimando práticas de securitização e exclusão.

A partir dessa seleção, foi constituído um corpus discursivo representativo, que servirá de base para a análise. Esta se concentrará na identificação de padrões linguísticos e estratégias retóricas que sustentam o processo de securitização da imigração na fronteira sul, com ênfase na construção do migrante latino-americano como “outro” perigoso. Serão observadas as operações discursivas de polarização (nós versus eles), os enquadramentos ideológicos, a repetição de certos significantes flutuantes (como segurança, fronteira, invasão) e os processos de legitimação de práticas de exceção, como a construção do muro, deportações em massa ou políticas de detenção prolongada. Dessa forma, busca-se compreender como o discurso político atuou na fabricação de uma ameaça e na justificação de políticas excludentes sob a lógica securitária.

3.3 Estratégias ideológicas e linguísticas de (re)produção da ameaça migratória

O procedimento de análise do discurso adotado nesta pesquisa está organizado de forma articulada entre a macroanálise e a microanálise, conforme proposto pelo Modelo do Quadrado Ideológico de Van Dijk. Inicialmente, os trechos selecionados dos discursos estão classificados de acordo com os quatro tópicos estruturantes da macroanálise, de modo a evidenciar como a polarização ideológica é construída no nível global das representações. Em seguida, cada trecho foi submetido à microanálise, a partir das 25 categorias linguísticas sistematizadas pelo autor, permitindo identificar os mecanismos textuais e discursivos específicos que operam na construção e legitimação dessas representações. Assim, dentro de cada um dos quatro tópicos da macroanálise, estão também indicados os resultados da microanálise correspondente, garantindo uma interpretação detalhada das estratégias discursivas presentes nos pronunciamentos.

3.3.1 A nação ameaçada e o povo virtuoso: a auto representação positiva do “nós”

Nos pronunciamentos de Donald Trump, a construção de uma autoimagem positiva do “nós” opera como um eixo estruturante do processo de securitização, articulando uma representação da nação como intrinsecamente ordeira e moralmente justa, mas simultaneamente exposta a forças externas que ameaçam sua integridade. O povo americano é descrito como trabalhador, honesto e injustamente sobrecarregado por pressões econômicas, sociais e securitárias decorrentes da ineficácia de governos anteriores e da negligência institucional em relação ao controle fronteiriço. Ao mesmo tempo, Trump se posiciona como o líder que encarna essa identidade coletiva, assumindo para si o papel de guardião responsável pela proteção do país e pela restauração de uma ordem supostamente corroída.

Desse modo, a análise realizada evidencia diversos trechos nos quais Trump mobiliza sistematicamente a construção de um “nós” virtuoso, associado a um povo trabalhador e injustamente exposto a ameaças externas. Esse fenômeno fica claro em trechos como:

After years of defending other countries' borders—can you believe we fight for other countries? [...] We're finally defending our own borders, and we're showing compassion for the struggling American workers who are now starting to see the light. (Trump, 2017)¹³

¹³ Tradução nossa: Depois de anos defendendo as fronteiras de outros países - dá para acreditar que lutamos por outros países? [...] Finalmente estamos defendendo nossas próprias fronteiras e estamos demonstrando compaixão pelos trabalhadores americanos em dificuldades que agora estão começando a ver a luz.

Nesse sentido, fica clara a auto representação positiva do grupo interno, na medida em que Trump descreve os Estados Unidos como uma nação altruísta, que por “anos” teria defendido as fronteiras de outros países, projetando uma imagem de responsabilidade internacional e espírito cooperativo.

Nesse contexto, Trump estabelece uma comparação crítica entre a política externa pregressa e a política doméstica vigente, produzindo uma polarização entre o interesse nacional, associado ao grupo interno, e os interesses estrangeiros, situados no grupo externo. Ao enfatizar os anos de “defesa de fronteiras alheias” em detrimento da proteção das próprias fronteiras e ao caracterizar a força de trabalho norte-americana como “lutadora” (*struggling*), o discurso mobiliza uma estratégia de vitimização do cidadão dos Estados Unidos, retratado como negligenciado e prejudicado pelas administrações anteriores. Essa construção discursiva contribui para a legitimação de uma retórica populista, ao posicionar a atual administração como a única representante autêntica da vontade popular. O argumento é reforçado, por fim, pelo emprego de uma metáfora de caráter quase redentor (“começando a ver a luz”), que opera simultaneamente como mecanismo de autoglorificação nacional e como sugestão de um momento de esclarecimento e restauração promovido pela nova liderança política.

Já o trecho do discurso a seguir, proferido durante a 100ª Convenção Anual da Federação Americana de Escritórios Agrícolas em Nova Orleans, constitui um exemplo claro da estratégia pela qual Trump se autodescreve como o agente político capaz de proteger o “nós” americano de uma ameaça existencial:

The crisis of illegal immigration impacts all Americans, threatening public safety, overwhelming public resources, straining our local schools and hospitals, undermining U.S. workers, and claiming countless innocent lives [...] As President, the defense of our Nation is my highest and most important duty. (Trump, 2019b)¹⁴

Ao construir a imigração ilegal como um fenômeno de múltiplos impactos destrutivos (violência, perda de vidas, pressão sobre serviços públicos e prejuízos econômicos) o discurso projeta uma imagem da sociedade norte-americana como um corpo vulnerável e injustiçado.

No excerto analisado, a argumentação organiza-se primordialmente em torno da categoria do ônus, acionada para salientar os custos sociais e financeiros que a imigração irregular é apresentada como impondo ao Estado, por meio da suposta sobrecarga de recursos públicos, bem como de sistemas essenciais como escolas e hospitais. Tal enquadramento

¹⁴ Tradução nossa: A crise da imigração ilegal afeta todos os americanos, ameaçando a segurança pública, sobrecarregando os recursos públicos, pressionando nossas escolas e hospitais locais, prejudicando os trabalhadores americanos e ceifando inúmeras vidas inocentes [...] Como Presidente, a defesa de nossa Nação é meu dever mais elevado e importante.

sustenta uma narrativa de vitimização coletiva, na qual cidadãos e trabalhadores norte-americanos são construídos discursivamente como prejudicados pela ação de uma força externa. Concomitantemente, o discurso mobiliza estratégias de hipérbole e de imprecisão ao recorrer à expressão “inúmeras vidas inocentes” (*countless innocent lives*), intensificando a percepção de uma ameaça letal difusa sem o respaldo de dados quantitativos verificáveis. Ademais, observa-se o acionamento da categoria de autoridade, uma vez que o orador invoca a legitimidade institucional do cargo presidencial para apresentar a defesa da nação como um imperativo moral, contribuindo para a construção de um consenso em torno da ideia de que a crise assim narrada demanda uma resposta securitária imediata.

Por fim, outro elemento recorrente na construção da autoimagem positiva do “nós” americano é a representação elogiosa das agências de segurança de fronteira, especialmente o ICE¹⁵ e a *Border Patrol*, que Trump retrata sistematicamente como heróis nacionais. No trecho “*last week, I traveled to McAllen, Texas, to tour the border and meet with the heroes of ICE and Border Patrol. These great patriots made clear what they need from Congress to end this terrible crisis. And we will end it.*”¹⁶ (Trump, 2019), observa-se a mobilização explícita de um vocabulário de enaltecimento que reforça a ideia de que esses agentes incorporam os valores centrais do grupo interno.

Nesse sentido, observa-se uma lexicalização marcadamente positiva, evidenciada pelo emprego de termos laudatórios como “heróis” (*heroes*) e “grandes patriotas” (*great patriots*). Essa escolha semântica opera uma descrição do ator que exalta moralmente os agentes de controle fronteiriço, em especial o ICE e a *Border Patrol*, posicionando-os como defensores virtuosos do grupo interno e como encarnações do compromisso nacional com a segurança e a ordem. Tal construção discursiva funciona como base para a estratégia de autoridade, na medida em que o orador invoca o testemunho desses agentes, apresentados como especialistas e conhecedores da realidade fronteiriça, para legitimar determinadas “necessidades” legislativas, deslocando o peso da decisão política para a suposta competência técnica do aparato securitário e, assim, pressionando o Congresso. Por fim, a promessa assertiva de resolução da crise (“*And we will end it*”) mobiliza uma estratégia de populismo, ao projetar a liderança presidencial como a única capaz de, em aliança com esses “patriotas”, oferecer uma solução eficaz e definitiva para a crise narrada.

¹⁵ Immigration and Customs Enforcement.

¹⁶ Tradução nossa: Na semana passada, viajei para McAllen, no Texas, para visitar a fronteira e me encontrar com os heróis do ICE e da Patrulha da Fronteira. Esses grandes patriotas deixaram claro o que precisam do Congresso para acabar com essa terrível crise. E nós vamos acabar com ela.

3.3.2 O inimigo às portas: a representação negativa do “outro”

Neste eixo analítico, examina-se a forma pela qual os pronunciamentos de Donald Trump constroem o imigrante, em especial o imigrante latino, como um *out-group* ameaçador, articulando narrativas de perigo e desordem que sustentam a lógica da securitização. Por meio de estratégias discursivas recorrentes, o “outro” é associado à criminalidade, à violência, ao tráfico de drogas e à desestabilização social, sendo frequentemente despojado de individualidade e reduzido a categorias homogêneas. Essa representação negativa opera como elemento central da polarização nós/eles, na qual o migrante é posicionado como uma ameaça externa iminente, legitimando a adoção de medidas excepcionais de controle e exclusão.

Essa dinâmica pode ser observada de maneira clara em determinados momentos dos pronunciamentos de Donald Trump, como durante uma reunião de gabinete acompanhada por jornalistas, realizada em janeiro de 2019. Nessa ocasião, ao se referir aos imigrantes que atravessam a fronteira entre o México e os Estados Unidos, Trump (2019c) afirma: *“Some of these (people) are criminals. Some of these will split up families by killing people and hurting people very badly. [...] You have human traffickers. [...] They kidnap people, they steal people, and they sell people.”*¹⁷ Essa articulação discursiva, que vincula a figura do imigrante a práticas de violência extrema e a ilícitos graves, cria uma equivalência entre migração e criminalidade, legitimando a estigmatização do 'outro' por meio de sua representação como uma ameaça moral e física estrutural à nação norte-americana.

Além disso, ao selecionar vocábulos semanticamente carregados de violência e ilegalidade, tais como 'criminosos', 'sequestradores' e 'traficantes', o orador opera uma lexicalização negativa que fundamenta uma descrição do ator essencialmente nociva e perigosa. Essa construção retórica serve de base para uma generalização, na qual condutas extremas e atípicas são projetadas sobre o coletivo de imigrantes, eclipsando distinções individuais. Desse modo, tal manobra consolida uma polarização entre o grupo interno (in-group), pressuposto como ordeiro, e o grupo externo (out-group), retratado como uma ameaça existencial.

A construção negativa da imagem do imigrante latino-americano também se manifesta de forma expressiva em uma declaração proferida por Trump (2019a) durante uma mesa-redonda sobre segurança de fronteiras, realizada em McAllen, Texas, quando afirma: *“And they (immigrants) come in, and they have women tied up. They have tape over their*

¹⁷ Tradução nossa: Algumas dessas pessoas são criminosas. Algumas delas destroem famílias matando e ferindo pessoas gravemente. [...] Existem traficantes de pessoas. [...] Eles sequestram pessoas, roubam pessoas e vendem pessoas.

mouths—electrical tape. [...] It's all controlled by violent criminals in Mexico, primarily transnational criminal organizations.”¹⁸ Nesse excerto, o pronunciamento presidencial mobiliza a categoria de ilustração ao evocar imagens de brutalidade gráfica, especificamente a figura de mulheres amordaçadas, para incitar uma resposta emocional imediata e consolidar a vitimização de terceiros vulneráveis. Essa narrativa é articulada conjuntamente com uma lexicalização restritiva, que define os agentes do processo migratório exclusivamente como 'criminosos violentos' e integrantes de 'organizações criminosas transnacionais'. Dessa forma, o discurso opera uma generalização que apaga a complexidade humanitária do fenômeno, enquadrando a travessia da fronteira sob a ótica exclusiva da criminalidade organizada e reforçando a polarização entre a barbárie externa e a ordem interna.

A mobilização estratégica de dados estatísticos para fundamentar a narrativa de insegurança e contestar pronunciamentos divergentes torna-se evidente no excerto a seguir, no qual o Trump (2018b) recorre a métricas referentes ao estado do Texas:

In Texas alone, within the last 7 years, more than a quarter-million criminal aliens have been arrested and charged with over 600,000 criminal offenses. You don't hear that. [...] You hear it's like they're better people than what we have, than our citizens. It's not true.¹⁹

Neste fragmento, observa-se o emprego concomitante das categorias de evidencialidade e jogo de números. Ao citar cifras de alta magnitude, o pronunciamento busca conferir um verniz de objetividade irrefutável à associação entre imigração e criminalidade. Simultaneamente, o orador estrutura uma polarização defensiva: ao confrontar e deslegitimar narrativas opostas, que sugerem menores taxas de criminalidade entre imigrantes, ele reafirma a superioridade moral do grupo interno (*'our citizens'*), rejeitando qualquer perspectiva que posicione o 'outro' como menos nocivo do que a população nativa.

A operacionalização dessa retórica do medo, construída a partir da combinação entre manipulação estatística e alarmismo institucional, torna-se palpável no seguinte excerto:

In 2016, more than 15,000 Americans died from a heroin overdose. More than 90 percent of the heroin comes from across the southern border. Ninety percent. As a result of sanctuary city policies, in fiscal 2017, more than 8,000 criminal aliens—these are really hardcore criminal aliens—were in police custody and were

¹⁸ Tradução nossa: E eles (os imigrantes) chegam e trazem mulheres amarradas. Elas têm fita adesiva na boca com fita isolante. [...] Tudo é controlado por criminosos violentos no México, principalmente organizações criminosas transnacionais.

¹⁹ Tradução nossa: Só no Texas, nos últimos 7 anos, mais de um quarto de milhão de estrangeiros criminosos foram presos e acusados de mais de 600 mil crimes. Você não ouve isso. [...] Você ouve que eles são pessoas melhores do que nós, do que nossos cidadãos. Não é verdade.

released because of our weak laws. Weakest in the world. Weakest in the history of the world.²⁰ (Trump, 2018b)

A análise deste fragmento revela que a articulação sistemática de estratégias discursivas — que variam da lexicalização criminalizante (*'hardcore criminal aliens'*) ao uso tático de hipérboles (*'weakest in history'*) e estatísticas de evidencialidade — cumpre a função primordial de consolidar a representação do imigrante como um antagonista existencial. Contudo, essa construção da alteridade não constitui um fim em si mesmo; ela serve de substrato indispensável para uma manobra retórica subsequente: a resignificação de medidas autoritárias sob a justificação moral, legitimando a violência estatal como um ato necessário de defesa diante de um cenário pintado como catastrófico.

3.3.3 A normalização da excepcionalidade: a atenuação dos aspectos negativos do “nós”

A construção discursiva da ameaça migratória não se esgota na representação negativa do “outro”, mas exige, de forma complementar, a reconfiguração das ações do próprio grupo interno de modo a torná-las aceitáveis e moralmente justificáveis. Nesse sentido, os pronunciamentos de Donald Trump operam um movimento recorrente de normalização da excepcionalidade, por meio do qual medidas amplamente contestadas, como a construção do muro fronteiriço, são apresentadas como respostas técnicas, inevitáveis e orientadas pela racionalidade da segurança nacional. Ao enquadrar tais práticas como necessárias diante de um cenário de crise permanente, o discurso atenua seus impactos negativos e desloca o debate do campo ético para o da urgência e da sobrevivência.

Essa lógica de normalização da excepcionalidade torna-se particularmente evidente quando Trump afirmou durante a Conferência de imprensa com o presidente Muhammadu Buhari da Nigéria: *“To protect Americans from these menaces, I have called on Congress to close deadly immigration loopholes that are exploited by terrorists, traffickers, and criminals. [...] We have to have borders. We don't have borders, we don't have a country”* (Trump, 2018a)²¹. Nesse excerto, o endurecimento das políticas migratórias é apresentado como uma resposta defensiva a ameaças externas previamente construídas, o que contribui para a

²⁰ Tradução nossa: Em 2016, mais de 15.000 americanos morreram de overdose de heroína. Mais de 90% dessa heroína vem da fronteira sul. Noventa por cento. Como resultado das políticas de cidades-santuário, no ano fiscal de 2017, mais de 8.000 imigrantes ilegais com antecedentes criminais — e esses são imigrantes ilegais com antecedentes criminais graves — foram detidos pela polícia e liberados devido às nossas leis brandas. As mais brandas do mundo. As mais brandas da história do mundo.

²¹ Tradução nossa: Para proteger os americanos dessas ameaças, solicitei ao Congresso que feche as brechas mortais na imigração, exploradas por terroristas, traficantes e criminosos. [...] Precisamos de fronteiras. Sem fronteiras, não temos um país.

normalização de medidas excepcionais ao mesmo tempo em que atenua seus efeitos negativos sobre o grupo interno.

A conclusão do fragmento '*We don't have borders, we don't have a country*' é um exemplo de pressuposição e expressão de norma. Aqui, a existência da nação é condicionada exclusivamente à rigidez dos limites geográficos, estabelecendo uma equivalência ontológica entre fronteira e Estado. Tal manobra retórica visa criar um consenso sobre a necessidade de medidas extraordinárias: ao apresentar a ausência de controle como a dissolução da própria pátria, o discurso transmuta a repressão em sobrevivência e o líder em guardião da integridade nacional, consolidando a securitização como a única resposta politicamente viável.

Outra demonstração dessa dinâmica é o trecho a seguir, retirado de um pronunciamento de Trump em homenagem a famílias das vítimas de crimes cometidos por imigrantes ilegais, onde o mesmo diz:

Today we have released the first VOICE report. Within the first months of VOICE, we've opened more than 2,800 victims registered to receive information on their perpetrator. We're following these people. We're following them so it can't happen again by that individual. VOICE assisted hundreds of families already, [...] and helped ensure that the criminal aliens that harmed their families so egregiously were detained, removed, and deported. Our first duty, and our highest loyalty, is to the citizens of the United States.²² (Trump, 2018b)

O excerto opera, em primeiro lugar, uma reconfiguração moral das práticas securitárias ao apresentar políticas de detenção e deportação como extensões naturais de uma obrigação ética do Estado para com as vítimas. Ou seja, ao apresentar o programa VOICE²³ (*Victims of Immigration Crime Engagement*) como um mecanismo de amparo às vítimas e de prevenção de crimes, o discurso desloca o foco das consequências excludentes da detenção e da deportação para uma narrativa de cuidado estatal e responsabilidade ética.

A institucionalização da narrativa de insegurança manifesta-se de forma pungente na menção ao relatório VOICE, no qual o orador mobiliza as categorias de evidencialidade e jogo de números para conferir uma densidade burocrática à vitimização do grupo interno. Ao converter a dor individual em métricas de acompanhamento estatal, como o registro de "2.800 vítimas" e a oferta de "aconselhamento de luto", o discurso opera uma ancoragem institucional da ameaça. Essa estratégia não apenas valida o medo, mas também

²² Tradução nossa: Hoje divulgamos o primeiro relatório do VOICE. Nos primeiros meses do programa, mais de 2.800 vítimas se cadastraram para receber informações sobre seus agressores. Estamos acompanhando essas pessoas. Estamos acompanhando-as para que isso não volte a acontecer. O VOICE já auxiliou centenas de famílias, [...] e ajudou a garantir que os estrangeiros criminosos que prejudicaram suas famílias de forma tão grave fossem detidos, deportados e removidos do país. Nosso primeiro dever, e nossa maior lealdade, é com os cidadãos dos Estados Unidos.

²³ O termo "Programa VOICE" nos EUA se refere ao Victims of Immigration Crime Engagement, um escritório do governo (DHS) focado em apoiar vítimas de crimes cometidos por imigrantes indocumentados, fornecendo informações sobre o infrator e o processo de deportação.

instrumentaliza o sofrimento das famílias como o ônus civilizatório que justifica a implementação de mecanismos de controle biopolítico, tais como a detenção e a deportação sistemática, transmutando ações punitivas em imperativos de reparação moral.

A mesma lógica discursiva é reiterada quando Trump associa a construção do muro fronteiriço ao combate às drogas, afirmando que

that wall is also going to help us, very importantly, with the drug problem and the massive amounts of drugs that are pouring across the southern border. My administration will never back down in demanding immigration control. The American people voted for immigration control.²⁴ (Trump, 2018)

Nesse enquadramento, o muro deixa de ser apresentado como um instrumento de exclusão ou segregação e passa a ser ressignificado como uma solução técnica de saúde pública e segurança coletiva, capaz de conter um fluxo descrito como incontrolável e destrutivo. A afirmação subsequente: “*My administration will never back down in demanding immigration control. The American people voted for immigration control*”, reforça esse processo de atenuação dos aspectos negativos do “nós” ao deslocar a responsabilidade política das medidas adotadas para a vontade popular, convertendo decisões governamentais controversas em mandatos democráticos incontestáveis. Assim, a excepcionalidade das práticas securitárias é duplamente normalizada: primeiro, pela sua associação a problemas amplos e difusos, como o tráfico de drogas, e, segundo, pela sua legitimação como expressão direta da soberania popular.

Além disso, ao descrever o tráfico de entorpecentes como algo que está 'jorrando' (*pouring*) através da fronteira, o orador utiliza uma metáfora hídrica associada à hipérbole ('massive amounts'). Essa construção linguística evoca a imagem de um desastre natural ou de uma inundação incontrolável, o que retira o fenômeno da esfera do debate político e o transpõe para o campo da emergência existencial. Tal manobra fundamenta o ônus, no qual o custo social da crise das drogas é diretamente imputado à porosidade da fronteira, simplificando problemas complexos de saúde pública em uma questão estritamente política e securitária.

3.3.4 Redução do imigrante a ameaça: a atenuação dos aspectos positivos do outro

A consolidação da ameaça migratória nos pronunciamentos analisados também se apoia em um movimento complementar à normalização das ações do grupo interno: a

²⁴ Tradução nossa: Esse muro também nos ajudará, e isso é muito importante, com o problema das drogas e a enorme quantidade de entorpecentes que atravessa a fronteira sul. Meu governo jamais recuará na exigência de controle da imigração. O povo americano votou pelo controle da imigração.

progressiva redução do imigrante a uma figura unidimensional de risco. Nesse enquadramento discursivo, os aspectos positivos, contributivos ou humanitários da migração são sistematicamente silenciados ou minimizados, enquanto traços associados à criminalidade, à ilegalidade e à desordem são reiteradamente enfatizados. Tal operação simbólica não apenas empobrece a complexidade do fenômeno migratório, como também produz uma representação do “outro” destituída de agência social legítima, na qual o imigrante deixa de ser concebido como sujeito político ou econômico para ser reconfigurado exclusivamente como vetor de ameaça. Ao esvaziar narrativas alternativas que reconhecem a contribuição histórica e estrutural da imigração para a sociedade norte-americana, o discurso reforça a assimetria moral entre “nós” e “eles”, criando as condições discursivas para a aceitação social de políticas excludentes e securitárias.

Essa redução do sujeito migrante a uma figura de risco coexiste, contudo, com uma racionalidade estritamente utilitarista, na qual a alteridade é valorizada apenas enquanto força de trabalho instrumentalizada. Tal dinâmica manifesta-se de forma pragmática no discurso proferido na 100ª Convenção Anual da Federação Americana de Escritórios Agrícolas, em que Trump (2019b) pondera: *“You need those—you need people to help you with the farms. And I'm not going to rule that out. I'm going to make that easier for them to come in and to work the farms”*. Nesse contexto, observa-se a operação da categoria de categorização seletiva, que segmenta o grupo externo não por sua dignidade humana intrínseca, mas por sua funcionalidade econômica para setores específicos do grupo interno.

Ademais, a eficácia dessa manobra reside na desubjetivação do imigrante, operada por meio de metáforas desumanizantes, como fica claro no trecho do discurso a seguir:

This is a humanitarian crisis, a crisis of the heart and a crisis of the soul. Last month, 20,000 migrant children were illegally brought into the United States, a dramatic increase. These children are used as human pawns by vicious coyotes and ruthless gangs. One in three women are sexually assaulted on the dangerous trek up through Mexico. ²⁵ (Trump, 2019d)

Logo, ao enquadrar o migrante exclusivamente como vítima passiva de coiotes cruéis e gangues implacáveis, o discurso retira-lhe qualquer agência política ou social, transformando o sistema legal em um mecanismo quebrado que clama por restauração soberana. Essa estrutura de falência sistêmica atua como a premissa necessária para a instauração do estado de exceção agambeniano: para Agamben (2004), o estado de exceção fundamenta-se na necessidade como justificativa para a suspensão da norma. Ao declarar que o sistema é

²⁵ Tradução nossa: Esta é uma crise humanitária, uma crise do coração e uma crise da alma. No mês passado, 20 mil crianças migrantes foram trazidas ilegalmente para os Estados Unidos, um aumento drástico. Essas crianças são usadas como peões por coiotes cruéis e gangues impiedosas. Uma em cada três mulheres é agredida sexualmente durante a perigosa travessia pelo México..

incapaz de gerir uma crise de tais proporções, Trump institui uma zona de indistinção onde a suspensão da lei ordinária torna-se o próprio paradigma de governo. Nesse cenário, a excepcionalidade deixa de ser um evento temporário para consolidar-se como a regra, permitindo que a decisão soberana capture a vida do migrante precisamente no ponto em que o direito se suspende para dar lugar a uma gestão política incondicional.

Outrossim, essa lógica de desvalorização é nitidamente exemplificada na crítica que Donald Trump (2019) faz ao programa de loteria de vistos, durante um comício "*Make America Great Again*" em Grand Rapids, Michigan, quando ele afirma:

Visa lottery. You are in a lottery system from these countries. You pick up a name. Oh, isn't that nice? She's a... Guess what? Do you think they're giving us their best people? No, they're not. They're giving us their worst people, and so would you, and so would I. Visa lottery. That's another beauty.²⁶ (Trump, 2019e)

Tal enunciado opera uma inversão narrativa: a imigração, historicamente percebida sob a ótica da oportunidade e do mérito, é transmutada em uma importação deliberada de problemas sociais. Ao alegar que as nações de origem enviam seus "piores" cidadãos, o discurso justifica a necessidade de uma filtragem tecnocrática e punitiva, eliminando qualquer reconhecimento de contribuição cultural ou econômica.

Além disso, o excerto fundamenta-se primordialmente na ironia e na pressuposição para construir uma narrativa de absurdo administrativo. Ao utilizar expressões como "Oh, não é legal?" (*isn't that nice?*) e classifica o sistema como "outra beleza" (*another beauty*), o orador emprega a ironia para ridicularizar a política migratória, sugerindo que o que deveria ser um processo sério é, na verdade, uma falha grotesca. Essa base irônica sustenta uma pressuposição de má-fé por parte das nações estrangeiras: o discurso assume, sem evidências empíricas, que os governos externos possuem agência deliberada para "entregar" (*giving us*) seus cidadãos, operando uma descrição do ator que posiciona o imigrante não como um indivíduo com agência própria, mas como um produto descartado por seu país de origem.

²⁶ Tradução nossa: Loteria de vistos. Você participa de um sistema de loteria entre esses países. Você tira um nome. Ah, que legal! Ela é uma... Adivinha? Você acha que eles estão nos dando as melhores pessoas? Não, não estão. Estão nos dando as piores, e você também faria o mesmo, e eu também. Loteria de vistos. Essa é outra beleza.

4. O NEXO ENTRE SECURITIZAÇÃO E POPULISMO: A PERFORMANCE DA CRISE E A AGENDA ANTI-IMIGRAÇÃO NO GOVERNO TRUMP

O presente tópico analisa a convergência estratégica entre a lógica populista e os imperativos da securitização durante a primeira administração de Donald Trump, investigando como a imigração foi consolidada como o epicentro de uma 'crise' deliberadamente performada. A análise estrutura-se na premissa de que a securitização não ocorre apenas no campo das ideias, mas exige uma trajetória que vai do discurso à ação. Primeiramente, examina-se a dimensão discursiva, na qual as narrativas populistas de crise foram articuladas para desestabilizar o senso de segurança societal do eleitorado, projetando o imigrante como uma ameaça existencial à sociedade e à soberania nacional. Em um segundo momento, investiga-se a materialização política desse processo, demonstrando como a encenação da emergência serviu como base para a implementação, e tentativas de implementação, de medidas de excepcionalidade, tais como ordens executivas restritivas e o endurecimento da infraestrutura de fronteira. Ao vincular o estilo comunicativo populista à execução de políticas anti-imigração, pretende-se demonstrar de que forma a gestão migratória foi removida do campo da política ordinária e absorvida pela gramática rigorosa da segurança nacional e do estado de exceção.

4.1 A construção do "Outro" antagônico: Identidade nacional e narrativas de crise

A eficácia política da retórica de Donald Trump fundamenta-se no uso instrumental de narrativas de crise que operam mediante a saturação emocional da audiência e o antagonismo deliberado às instituições estabelecidas. Esse mecanismo encontra eco na premissa clássica de Aristóteles (1999, II 1377b: 20-24), para quem o exercício retórico deve 'influenciar as emoções do público, despertando nele os estados de espírito mais adequados para convencê-lo da plausibilidade do que é dito ou para levá-lo a uma determinada ação'. Sob essa perspectiva, o poder discursivo da administração Trump não reside meramente na transmissão de fatos, mas na sutil manipulação afetiva do corpo social, ancorada em um repertório de crenças e valores preexistentes. Tais elementos funcionam como um filtro cognitivo que valida a narrativa de ameaça mesmo na ausência de evidências empíricas sólidas.

Dessa forma, embora a retórica de Donald Trump se distancie da concepção de 'mobilização populista' formulada por Laclau (2005), a análise empírica de seu discurso revela

uma orientação decididamente populista, sustentada pela ativação de uma 'ideologia popular' multifacetada. Segundo Homolar e Scholz (2019), essa construção discursiva opera, primordialmente, por meio de três mecanismos de interdição e pertencimento: primeiro, a delimitação de uma comunidade imaginada (Anderson, 1983 apud Homolar e Scholz, 2019) alicerçada na exclusão radical do 'outro' e na fortificação de fronteiras antagônicas; segundo, a reiteração da promessa de restauração da soberania nacional, apresentada como um horizonte de possibilidade política; e, por fim, a institucionalização de um ceticismo severo em relação às elites políticas, acusadas de trair a vontade popular ao privilegiar interesses de grupos externos (Mény; Surel, 2000). Ao amalgamar esses elementos, o discurso trumpista não apenas redefine os contornos da identidade nacional, mas também prepara o terreno para a securitização de temas sociais, ao converter a alteridade migratória em uma ameaça direta à integridade dessa comunidade imaginada.

Desse modo, a operacionalização da imigração como ameaça no discurso trumpista transcende a mera gestão de fronteiras, incidindo diretamente sobre a estabilidade identitária do corpo social. Segundo Lofflman (2022), ao mobilizar o que a literatura define como segurança ontológica — a necessidade de continuidade e previsibilidade sobre a própria identidade e o mundo —, os pronunciamentos de Donald Trump buscam canalizar ansiedades difusas em direção a um objeto específico de medo. Nesse contexto,

Trump's populist security narratives simplified, amplified, and dramatised popular sentiments of ontological insecurity among his followers, framing immigration almost exclusively through the lens of violent crime, terrorism, and existential threat²⁷ (Lofflman, 2021, p. 10).

Essa estratégia de enquadramento (*framing*) não apenas reduz a complexidade do fenômeno migratório a uma questão de criminalidade, mas também legitima a adoção de medidas excepcionais, uma vez que a sobrevivência da identidade nacional passa a ser apresentada como dependente da exclusão rigorosa do 'outro' estrangeiro.

Nesse sentido, a eficácia da comunicação política de Donald Trump não deve ser compreendida apenas como um subproduto de sua estética populista, mas sim como uma operação sofisticada de desestabilização da segurança ontológica do eleitorado. Ao projetar a imagem de uma 'carnificina americana', Trump não apenas descreve a realidade, mas institui uma 'América da Crise' imaginária que atua como um gatilho de ruptura cognitiva (Homolar e Scholz, 2019). Segundo Homolar e Scholz,

²⁷ Tradução nossa: as narrativas populistas de segurança de Trump simplificaram, ampliaram e dramatizaram os sentimentos populares de insegurança ontológica entre seus seguidores, enquadrando a imigração quase que exclusivamente pelas lentes do crime violento, do terrorismo e da ameaça existencial.

If one views 'Trump-speak' through the lens of ontological security, however, its effectiveness stems less from the populist orientation of his campaign speeches. [...] It stems primarily from the Trump who pushed the image of American carnage onto his audiences. Through his imaginary 'Crisis America', Trump created a critical situation in the socio-cognitive sense—that is, 'a set of circumstances which—for whatever reason—radically disrupts accustomed routines of daily life'²⁸ (Homolar; Scholz, 2019, p. 12).

Ou seja, ao suspender o senso de normalidade e previsibilidade social, essa narrativa performativa cria um estado de ansiedade existencial que torna o público mais receptivo a soluções de força e a medidas de excepcionalidade, uma vez que a restauração da ordem passa a ser percebida como uma necessidade de sobrevivência diante de um caos deliberadamente fabricado.

Nesse cenário, a aplicação da teoria da performance da crise de Benjamin Moffitt ao governo de Donald Trump permite compreender a retórica da "invasão" na fronteira sul não como uma resposta a um dado objetivo, mas como uma construção estratégica para consolidar o poder executivo. Ao dramatizar o fluxo migratório por meio de uma linguagem de urgência e perigo iminente, Donald Trump, por meio de um processo de securitização, operou um deslocamento da política migratória do campo do debate institucional para o campo da excepcionalidade soberana. Essa manobra permitiu que o líder populista contornasse as resistências do Legislativo, apresentando-se como o único defensor da nação capaz de agir com a rapidez que a crise (por ele performada) exigia. Como bem sintetiza Moffitt:

Os populistas não apenas respondem a crises; eles ativamente as performam. A crise é um mecanismo central que permite ao líder simplificar o campo político em um antagonismo direto, justificando a necessidade de uma liderança forte e decisiva que ignore as complexidades burocráticas. (Moffitt, 2016, p. 118).

Dessa forma, a "crise na fronteira" serviu como o motor para a securitização unilateral, permitindo que o governo justificasse o uso do *National Emergencies Act* e de ordens executivas como ferramentas legítimas de defesa. O antagonismo direto entre o "povo" (protegido pelo líder) e os "ameaçadores" (imigrantes e burocratas do Congresso) silenciou a complexidade técnica do tema, transformando a gestão migratória em um exercício de

²⁸ Tradução nossa: se considerarmos o "discurso de Trump" pelas lentes da segurança ontológica, sua eficácia não se deve tanto à orientação populista de seus discursos de campanha. Em vez disso [...], ela se deve principalmente ao fato de Trump ter empurrado a imagem da carnificina americana para o seu público. Por meio de sua "Crisis America" imaginária, Trump criou uma situação crítica no sentido sociocognitivo, ou seja, "um conjunto de circunstâncias que - por qualquer motivo - interrompe radicalmente as rotinas habituais da vida cotidiana.

autoridade carismática que desafia os limites do constitucionalismo liberal e dos processos deliberativos tradicionais.

Desse modo, a articulação entre a performance da crise, conforme proposta por Moffitt (2016), e o conceito de estado de exceção de Agamben (2004), revela a engenharia política subjacente à gestão migratória de Donald Trump. Ao performar ativamente a crise na fronteira, o líder populista não apenas descreve uma realidade, mas produz o estado de necessidade — a premissa fundamental que autoriza a suspensão da norma jurídica em favor da decisão soberana. Nesse cenário, o uso do *National Emergencies Act* e de ordens executivas transita de uma ferramenta administrativa para um dispositivo de exceção, criando uma zona de anomia onde o rito deliberativo do Congresso é silenciado pela urgência fabricada.

Além disso, a relação entre a consolidação da liderança política e a busca por legitimidade revela que a crise, longe de ser um evento fortuito, opera como uma ferramenta estratégica de governança e manutenção do poder. Segundo van Dijk (1998), a legitimação assume um caráter imperativo em momentos de instabilidade, integrando-se de forma intrínseca às estratégias de gestão de crises. Sob essa ótica, a atuação de líderes contemporâneos pode ser compreendida não apenas como uma resposta a ameaças externas à segurança nacional, mas como uma orquestração deliberada de cenários de emergência. Conforme postula Watanabe e McConnell (2008), a manutenção de um estado de "crise permanente" atua como um modo específico de governança, permitindo que agentes políticos construam e imaginem ameaças para autenticar suas próprias reivindicações de liderança e preservar sua soberania. No caso da administração Trump, essa dinâmica manifesta-se na performance de uma crise fronteiriça ininterrupta, na qual a construção discursiva da insegurança serve como o lastro necessário para legitimar o exercício de uma autoridade excepcional.

No entanto, é importante destacar que a dissonância entre a narrativa de crise da segurança e a realidade empírica constitui um dos traços mais salientes da securitização operada pela administração Trump. Enquanto o discurso oficial mobilizava o medo mediante o que se pode descrever como uma 'política da evidência anedótica', os indicadores oficiais e sociológicos apontavam para uma direção oposta. Conforme aponta Lofflman,

Trump's visceral stories of immigrant enmity, however, ran directly counter to official statistics and government data that documented a sharp decline of violent crime in the United States overall (Gramlich, 2019a) and showed that Latin American migrants were less likely than US citizens to commit violent crimes, with

no significant general link between 'illegal immigration' and violent crime itself ²⁹ (Lofflman, 2022, p.10).

Essa desconexão deliberada entre o discurso trumpista e os dados estatísticos reafirma que a eficácia da securitização populista não depende da gestão técnica de riscos objetivos. Ao contrário, ela se ancora na elaboração de uma ameaça existencial de natureza subjetiva, na qual a narrativa de crise se sobrepõe aos dados e evidências produzidos pelo governo, permitindo que a percepção social da insegurança seja dissociada da realidade factual para fins de mobilização política e legitimação de medidas coercitivas.

Com efeito, a análise dos fluxos migratórios no período inicial da administração Trump revela que a tese de uma "invasão incontrolável" carecia de sustentação fática. Dados do *U.S. Customs and Border Protection* (CBP) demonstram que, em 2017, as apreensões na fronteira sul atingiram os níveis mais baixos desde 1971, totalizando aproximadamente 310.000 detenções, o que representa uma redução drástica em comparação aos picos de 1,6 milhão registrados no início dos anos 2000 (Pew Research Center, 2018). Além da queda quantitativa, a população de imigrantes indocumentados nos Estados Unidos manteve uma trajetória de estabilidade ou declínio, situando-se em cerca de 10,5 milhões em 2017 — um recuo significativo em relação aos 12,2 milhões de 2007 (Noe-Bustamante; Lopez; Krogstad, 2020).

No que tange à segurança pública, estudos de instituições como o *Cato Institute* corroboram que a taxa de criminalidade entre imigrantes, inclusive indocumentados, era substancialmente inferior à dos cidadãos nativos; em estados fronteiriços como o Texas, a taxa de condenações criminais para imigrantes irregulares era cerca de 45% menor do que para residentes nascidos nos EUA (Nowrasteh, 2019). Portanto, a "crise" não se manifestava como um fenômeno de volume ou de perigo social, mas como um desafio logístico pontual derivado da alteração no perfil do migrante, o qual foi politicamente reconfigurado como uma ameaça existencial para validar o estado de exceção.

4.2 A institucionalização da barreira: Políticas de interdição e a face material da Securitização

Uma vez consolidado o enquadramento discursivo da imigração como uma ameaça existencial, o processo de securitização na administração Trump avançou para a sua fase de

²⁹ Tradução nossa: as histórias viscerais de Trump sobre a inimizade dos imigrantes, no entanto, foram diretamente contrárias às estatísticas oficiais e aos dados do governo que documentaram um declínio acentuado dos crimes violentos nos Estados Unidos em geral (Gramlich apud Lofflman, 2019) e mostraram que os migrantes latino-americanos tinham menos probabilidade de cometer crimes violentos do que os cidadãos norte-americanos, sem nenhuma ligação geral significativa entre a "imigração ilegal" e os crimes violentos em si.

consubstanciação prática, ou seja, a materialização política da crise performada. Este subtópico analisa como a 'institucionalização da barreira' extrapolou a mera promessa de infraestrutura física, traduzindo-se em um complexo aparato de políticas de interdição que visavam a imobilização técnica e jurídica dos fluxos migratórios. Investigar a face material da securitização implica, portanto, compreender a transição da retórica para a práxis estatal: a conversão dos atos de fala em ordens executivas, protocolos de fiscalização e mecanismos de exclusão que operacionalizaram o estado de excepcionalidade. Ao examinar instrumentos como as políticas de 'tolerância zero' e as restrições administrativas ao asilo, busca-se demonstrar de que maneira o governo Trump institucionalizou uma arquitetura de controle que removeu a migração do campo dos direitos humanos e a inseriu definitivamente na lógica coercitiva da defesa nacional.

Vale lembrar que a arquitetura securitária da administração Trump não emergiu de um vácuo político, mas representou o ápice de um processo de acumulação de capacidades estatais de controle iniciado em gestões precedentes. O governo instrumentalizou um arcabouço legal e institucional de vigilância cujas raízes remontam à presidência de William Clinton (1993-2000) e foram expandidas sob o imperativo da segurança nacional nas décadas seguintes (Cardenas, 2022). Contudo, a gestão Trump operou uma inflexão restritiva sem precedentes, radicalizando esse aparato ao elevar os custos humanos e financeiros para os migrantes e seus núcleos familiares. Tal endurecimento foi operacionalizado por meio de um unilateralismo administrativo, no qual decretos executivos e ajustes infranormativos foram utilizados para contornar a deliberação do Congresso e, em diversos casos, desafiar regulamentações vigentes.

Os objetivos centrais da política migratória de Trump consistiam no reforço da segurança interna e do controle fronteiriço, na intensificação e agilização das deportações de imigrantes considerados ilegais, na restrição da imigração permanente, especialmente de populações não brancas, e na desestruturação dos mecanismos de concessão de asilo. Isso foi alcançado por meio de mudanças rápidas e abrangentes (quatrocentas mudanças foram registradas) (Pierce e Bolter, 2020) implementadas pelo Poder Executivo através da assinatura de diversas ordens executivas e administrativamente através da aprovação de detalhes técnicos, ignorando o Congresso. Embora essa iniciativa não tenha sido aprovada, assim como as outras propostas de reforma imigratória, restrições à reunificação familiar foram implementadas por meio de medidas administrativas.

Nesse sentido, a implementação dessas centenas de alterações administrativas e executivas na política migratória, conforme documentado por Pierce e Bolter (2020), ilustra

com precisão o conceito de “força de lei” desenvolvido por Giorgio Agamben (2004). Para o autor, o estado de exceção caracteriza-se por uma zona de indistinção onde a “força de lei”, isto é, a eficácia e o vigor coercitivo da norma, opera de maneira independente da 'lei' enquanto conteúdo legislativo formal. Ao contornar sistematicamente o Congresso e mobilizar uma pletera de ordens executivas e ajustes técnicos, a administração Trump capturou a dimensão legislativa para o âmbito da discricionariedade do Executivo.

Nesse escopo de reestruturação normativa, a seletividade demográfica e a contenção da reunificação familiar emergiram como pilares centrais da agenda governamental de Trump, evidenciando uma tentativa de redefinir a composição identitária da nação por meio de filtros administrativos. A ofensiva discursiva contra o que a administração rotulou como 'imigração em cadeia' (DHS, 2018) visava desarticular os laços de parentesco como critério legítimo de entrada, substituindo a lógica de integração social por uma métrica estritamente utilitarista e excludente. Esse movimento encontrou sua expressão máxima na defesa do RISE Act (*Reforming American Immigration for a Strong Economy*), também conhecido como *Cotton-Perdue Bill*, que propunha reduzir os vistos de residência permanente em 50% até o ano de 2027 (Verea, 2018). Logo, ao tentar instituir um sistema de seleção baseado em pontos, mérito e competências laborais, a iniciativa buscava eliminar categorias de reunificação para parentes não imediatos, operando uma transição qualitativa no regime de fronteiras: de um modelo de acolhimento humanitário para um sistema de filtragem tecnocrática.

Além disso, o endurecimento dos critérios aplicados aos solicitantes de visto permanente, expresso tanto no aumento do escrutínio quanto na ampliação dos prazos de processamento, constituiu um instrumento central da estratégia de restrição migratória adotada durante a administração Trump (Pierce; Bolter, 2020). Embora formalmente justificadas como medidas técnicas de controle, tais exigências estavam orientadas à redução da imigração permanente e à interrupção da chamada “migração em cadeia”, operando efeitos seletivos que atingiam de maneira desproporcional migrantes não brancos e de menor poder aquisitivo. A imposição da contratação prévia de seguro de saúde privado como condição para a aprovação do visto exemplifica essa lógica excludente, uma vez que penalizava sobretudo solicitantes vinculados à reunificação familiar, categoria predominante entre migrantes mexicanos, em contraste com migrantes admitidos por vias econômicas, cujos seguros são, em geral, providos pelos empregadores (Cornelius, 2020).

A materialização da "crise" fronteiriça encontrou sua consagração normativa logo nos primeiros dias da administração Trump por meio da Ordem Executiva 13767, intitulada “*Aprimoramentos na Segurança da Fronteira e na Aplicação das Leis de Imigração*”. Este

instrumento não apenas determinou a aceleração dos processos de deportação, mas institucionalizou o projeto do muro fronteiro como o símbolo máximo da soberania recuperada (Armendares, 2018). A execução desse projeto, contudo, revelou a face mais aguda da securitização: a passagem para o campo da excepcionalidade em face da resistência dos canais democráticos ordinários. Diante da recusa do Congresso em alocar mais de 30% do orçamento de quinze bilhões de dólares previsto para 2020, o Poder Executivo recorreu à declaração de uma “emergência nacional” para contornar a autoridade legislativa. Tal manobra permitiu o redirecionamento discricionário de dez bilhões e meio de dólares provenientes do Departamento de Defesa, recursos originalmente destinados à infraestrutura militar e ao combate ao narcotráfico, para viabilizar a construção de 229 milhas da barreira física (Cardenas, 2022).

A manobra orçamentária para o financiamento do muro fronteiro, descrita anteriormente, exemplifica a aplicação prática do conceito de “força de lei” de Agamben (2004). Ao utilizar o *National Emergencies Act* para contornar a recusa do Congresso, o Poder Executivo não apenas redirecionou recursos, mas reivindicou para seus decretos uma eficácia jurídica que sobrepujou a autoridade legislativa ordinária. Nesse cenário, a declaração de emergência nacional atuou como o dispositivo que conferiu 'força de lei' à vontade soberana do presidente, permitindo que a infraestrutura militar fosse convertida em infraestrutura de exclusão migratória sem o processo da aprovação democrática.

O aprofundamento do regime de vigilância e interdição migratória na gestão Trump transcendeu a dimensão estritamente doméstica, consolidando-se por meio da 'externalização das fronteiras'. Esta estratégia consistiu no deslocamento deliberado das funções de controle para países terceiros, transformando o México, mediante intensa pressão geopolítica e ameaças de sanções econômicas, em um anteparo logístico e securitário fundamental.

Mediante la presión y eventual cooperación con México, el gobierno de Trump buscó, por un lado, la contención de los flujos migratorios sin documentos de preferencia desde la frontera México-Guatemala y, por el otro, la retención en territorio mexicano de aquellos solicitantes de asilo a Estados Unidos. Con respecto a esto último, resulta un punto de quiebre en la política migratoria estadounidense, pues bajo Trump prácticamente se impuso a México diversos costos económicos y humanitarios del desmantelamiento del sistema de asilo. (Cardena, 2022, p. 205)³⁰

³⁰ Tradução nossa: Por meio de pressão e eventual cooperação com o México, o governo Trump buscou, por um lado, conter o fluxo de migrantes indocumentados, principalmente da fronteira México-Guatemala, e, por outro, deter solicitantes de asilo no México. Em relação a este último ponto, isso representa uma virada na política de imigração dos EUA, já que, sob Trump, o México foi essencialmente forçado a arcar com diversos custos econômicos e humanitários relacionados ao desmantelamento do sistema de asilo.

Figura 2 - Maria Meza, migrante de Honduras, carrega suas filhas gêmeas de cinco anos para escapar de gás lacrimogêneo em Tijuana, na fronteira entre México e Estados Unidos (2018)



Fonte: Página do G1³¹

Em suma, a aplicação prática da securitização no governo Trump alterou profundamente o sistema migratório dos Estados Unidos. O muro físico foi acompanhado por uma 'barreira administrativa' e por acordos internacionais que levaram o controle para fora do território americano, especialmente através da pressão sobre o México. Ao utilizar decretos presidenciais para evitar o debate no Congresso e impor critérios financeiros para barrar imigrantes, o governo estabeleceu um modelo de controle permanente. A imigração deixou de ser tratada como uma questão humanitária e passou a ser vista apenas como um risco a ser evitado. No final, esse conjunto de medidas serviu para reforçar o poder do Estado sobre os migrantes, priorizando o controle da fronteira e a proteção de uma identidade nacional fechada em vez da proteção dos direitos humanos.

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/20/os-estados-unidos-na-era-trump-fotos.ghtml>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o nexu intrínseco entre o populismo e a securitização da imigração durante a administração de Donald Trump (2017-2021). Ao longo deste trabalho, ficou demonstrado que a construção do imigrante latino-americano como uma 'ameaça existencial' não configurou um fenômeno reativo ou fortuito, mas sim uma estratégia deliberada de governança fundamentada na performance da crise. Através da lente teórica da Escola de Copenhague, observou-se que Trump operou 'atos de fala' que retiraram o tema migratório da esfera da política ordinária e o inseriram em uma gramática de emergência. Contudo, foi a variante sociológica de Thierry Balzacq que permitiu compreender que o sucesso desse projeto não residiu na precisão factual dos dados migratórios, mas na gestão estratégica do contexto e do capital político do agente.

Nesse sentido, a eficácia da oratória trumpista derivou de sua capacidade de converter ansiedades socioeconômicas em uma profunda insegurança da audiência. Ao projetar o estrangeiro como o elemento disruptivo de uma identidade nacional idealizada, o discurso populista ofereceu uma simplificação radical do campo político: de um lado, a 'carnificina americana' provocada por fronteiras porosas; de outro, a promessa de restauração da ordem através da autoridade soberana. Assim, a 'performance da crise' funcionou como um motor de legitimidade que permitiu ao Executivo contornar resistências institucionais e justificar medidas de exceção, como a declaração de emergência nacional para a construção do muro. Em última análise, a pesquisa revela que na era Trump, a verdade estatística foi suplantada pela eficácia performativa, consolidando um regime de fronteiras onde o controle dos corpos é precedido e legitimado pela produção discursiva do medo.

A análise dos discursos presidenciais, fundamentada no Modelo do Quadrado Ideológico de van Dijk, revelou que a retórica trumpista estruturou-se sob uma lógica de polarização binária e assimétrica. Esse dispositivo discursivo operou mediante a exaltação de um 'Nós' virtuoso, depositário da soberania, da legalidade e da moralidade nacional, em oposição dialética a um 'Outro' migrante, sistematicamente construído como uma entidade ontologicamente perigosa e ilegítima. Ao enquadrar o migrante latino-americano como um vetor de 'crimigração', desordem e erosão cultural, o discurso oficial logrou desumanizar o fenômeno migratório, convertendo-o em um objeto de medo existencial. Tal enquadramento foi o catalisador necessário para a

normalização da excepcionalidade: ao apresentar as ações do líder como respostas defensivas e moralmente imperativas, a administração logrou legitimar instrumentos coercitivos de alto impacto, como a construção do muro fronteiro, a intensificação das deportações e a declaração de emergência nacional, transformando o estado de exceção em uma prática de governança cotidiana.

Os resultados da pesquisa corroboram a premissa de que a securitização da imigração durante o governo Trump não constituiu uma resposta objetiva a riscos empiricamente verificáveis, mas revela uma prática discursiva performativa, ancorada na produção deliberada de uma narrativa de crise permanente. Nesse sentido, a “crise migratória” operou como uma performance política, nos termos de autores como Homolar e Scholz, destinada a produzir urgência, suspender o debate democrático e restringir o espaço para alternativas políticas não securitárias. A imigração, assim, foi convertida em um problema de segurança ontológica, no qual a proteção da identidade nacional branca e nativista passou a justificar a exclusão do outro racializado.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o debate acadêmico ao evidenciar a fertilidade analítica da convergência entre os estudos críticos de segurança, a teoria do populismo e a Análise Crítica do Discurso (ACD). Ficou demonstrado que a securitização pode atuar como motor técnico-político das performances populistas, permitindo que o líder dramatize falhas sistêmicas e as converta em crises existenciais para consolidar sua autoridade. Ao enfatizar o caráter discursivo, relacional e performativo da segurança, o trabalho reforça que esta não opera como uma condição objetiva, mas como uma prática de governo que institui hierarquias e regimes de exceção. Nesse sentido, a performance da crise torna-se o palco onde a soberania é reafirmada, evidenciando como categorias de segurança e proteção nacional são tecnologias de poder profundamente imbricadas em processos históricos de racialização e na construção de alteridades ameaçadoras.

Por fim, os achados deste estudo apontam para a importância normativa da dessecuritização da imigração, conforme sugerido por Wæver, como condição fundamental para a preservação da democracia e dos direitos humanos. A permanência da imigração no campo da exceção não apenas legitima práticas de exclusão e violência institucional, mas restringe a possibilidade de abordagens políticas baseadas na cooperação, na solidariedade e na proteção da dignidade humana. Nesse sentido, compreender criticamente os mecanismos discursivos que sustentam a securitização da

migração torna-se um passo indispensável para a construção de alternativas políticas que resistam à normalização do medo, da exclusão e da desumanização do outro.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 1999.
- ARMENDARES, Pedro Enríquez. **La política migratoria de Donald Trump**: del discurso a la acción. México: UNAM, 2018.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171-201, 2005.
- BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory**: How Security Problems Emerge and Dissolve. London: Routledge, 2011.
- BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security**: A New Framework for Analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CAMPESI, Giuseppe. Migraciones, seguridad y confines en la teoría social contemporánea. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, n. 7, p. 11-54, 2012.
- CÁRDENAS, Maritza. **La securitización de la migración en Estados Unidos y el papel de México**: entre la contención e la externalização. México: Editorial Acadêmica, 2022.
- CATO INSTITUTE. [Fonte institucional citada através do estudo de NOWRASTE, 2019].
- CORNELIUS, Wayne. **La política de inmigración de la administración Trump**: realidades, contradicciones y soluciones. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), jan. 2020. (Documentos de Política Migratoria, DPM10).
- DE GENOVA, Nicholas. Inclusion through Exclusion: Explosion or Implosion ?. Amsterdam University, p. 43-52 2008.
- DHS. U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. **Department of Homeland Security (DHS) Announces Chain Migration Statistics**. Washington, DC: DHS Press Office, 2018. Disponível em: <https://www.dhs.gov>. Acesso em: 5 jan. 2026.
- FAIRCLOUGH, Norman. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.
- GUILD, Elspeth. **Security and Migration in the 21st Century**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HEINISCH, Reinhard. Success in opposition – failure in government: explaining the performance of right-wing populist parties in public office. **West European Politics**, v. 26, n. 3, p. 91-130, 2003.

HOMOLAR, Alexandra. A call to arms: Hero-villain narratives in US security discourse. *Security Dialogue*, v. 53, n. 1, p. 3–21, 2021.

HOMOLAR, Alexandra; SCHOLZ, Ronny. The power of Trump-speak: Populist crisis narratives and ontological security. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 32, n. 3, p. 344–364, 2019.

HUYSMANS, Jef. The European Union and the Securitization of Migration: The Strategy of Constructing Voidness. **Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 5, p. 751-777, dez. 2000.

IBRAHIM, Maggie. The Securitization of Migration: A Racial Discourse. **International Migration**, v. 43, n. 5, p. 163-187, 2005.

JAGERS, Jan; WALGRAVE, Stefaan. Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 3, p. 319-345, maio 2007.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory**: Capitalism, Fascism, Populism. London: NLB, 1977.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LÖFFLMANN, Georg. “Enemies of the people”: Donald Trump and the security imaginary of America First. *The British Journal of Politics and International Relations*, v. 24, n. 3, p. 543–560, 2021.

LÖFFLMANN, Georg. **Imagining the American Carnage**: Trump, foreign policy and the rise of the radical right. Oxford: Oxford University Press, 2022.

MARTIN, J. R. Design and social action: Role of SFL and CDA. In: COULTHARD, Malcolm; BURKERSRODE, Cristine (org.). **Working with Dialogue**. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 7-34.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A geopolítica do Brasil**: estratégia e ideologia. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves. **Par le peuple, pour le peuple**: le populisme et les démocraties. Paris: Fayard, 2000.

MOFFITT, Benjamin. How to Perform Crisis: A Model for Understanding the Resilience of Contemporary Populism. **Government and Opposition**, v. 50, n. 2, p. 189-217, 2015.

MOFFITT, Benjamin. **The Global Rise of Populism**: Performance, Political Style, and Representation. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NOE-BUSTAMANTE, Luis; LOPEZ, Mark Hugo; KROGSTAD, Jens Manuel. **U.S. Hispanic Population Surpassed 60 Million, but Growth Has Slowed**. Washington, DC: Pew Research Center, 7 jul. 2020.

NOWRASTEH, Alex. Criminal Immigrants in Texas in 2017: Illegal Immigrant Conviction Rates and Arrest Rates for Homicide, Sex Crimes, and Other Serious Offenses. **Cato Institute Immigration Research and Policy Brief**, n. 13, 2019.

PANIZZA, Francisco (org.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.

PEW RESEARCH CENTER. **The Politics of Financial Insecurity**. Washington, DC: Pew Research Center, 2016.

PEW RESEARCH CENTER. **The Changing Political Landscape**. Washington, DC: Pew Research Center, 2018.

PEW RESEARCH CENTER. **U.S. border apprehensions in FY 2017 at lowest level since 1971**. Washington, DC: Pew Research Center, 2018.

PIERCE, Sarah; BOLTER, Jessica. **Dismantling and Reconstructing the U.S. Immigration System: A Catalog of Changes under the Trump Administration**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2020.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

SCHNEIKER, Andrea. **Populist Leadership: The Superhero Donald Trump as Savior in Times of Crisis**. **Political Studies**, [s. l.], v. 68, n. 4, p. 857-874, 2020.

STUMPF, Juliet. The Crimmigration Crisis: Immigrants, Crime, and Sovereign Power. **American University Law Review**, v. 56, n. 2, p. 367-419, 2006.

TRUMP, Donald J. **Remarks at a "Make America Great Again" Rally in Phoenix, Arizona**. 2017. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-make-america-great-again-rally-phoenix-arizona>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **The President's News Conference With President Muhammadu Buhari of Nigeria**. 2018a. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-with-president-muhammadu-buhari-nigeria>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks Honoring Families of Victims of Crimes Committed by Illegal Immigrants**. 2018b. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-honoring-families-victims-crimes-committed-illegal-immigrants>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Address to the Nation on Border Security**. 2019a. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-border-security>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks at a "Make America Great Again" Rally in Grand Rapids, Michigan**. 2019b. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-make-america-great-again-rally-grand-rapids-michigan>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks at the American Farm Bureau Federation's 100th Annual Convention in New Orleans, Louisiana**. 2019c. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-american-farm-bureau-federations-100th-annual-convention-new-orleans-louisiana>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks During a Roundtable Discussion on Border Security in McAllen, Texas**. 2019d. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-during-roundtable-discussion-border-security-mcallen-texas>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks on Declaring a National Emergency Concerning the Southern Border of the United States and an Exchange With Reporters**. 2019e. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-declaring-national-emergency-concerning-the-southern-border-the-united-states-and>. Acesso em: 6 jan. 2026.

TRUMP, Donald J. **Remarks on Border Wall Construction and Immigration Reform Near Alamo, Texas**. 2021. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-border-wall-construction-and-immigration-reform-near-alamo-texas>. Acesso em: 6 jan. 2026.

U.S. CUSTOMS AND BORDER PROTECTION (CBP). [Dados estatísticos citados via Pew Research Center, 2018].

VAN DIJK, Teun A. **Macrostructures: An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction, and Cognition**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1980.

VAN DIJK, Teun A. Ideological discourse analysis. **The New Courant**, v. 4, p. 135-161, 1995.

VAN DIJK, Teun A. Discourse, Power and Access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (org.). **Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis**. London: Routledge, 1996. p. 84-104.

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução de Magda França Lopes. São Paulo: Contexto, 2003.

VAN LEEUWEN, Theo. The Representation of Social Actors. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm (org.). **Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis**. London: Routledge, 1996. p. 32-70.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. **La política exterior de México 2018-2024: retos y oportunidades en un mundo en transición**. Ciudad de México: UNAM/AMEI, 2023.

VEREA, Mónica. Sentimientos y políticas antiinmigrantes y antimexicanos durante los primeros dieciocho meses de la presidencia de Trump. **Norteamérica**, México, v. 13, n. 2, p. 285-306, 2018.

VEREA, Mónica. Anti-immigrant and anti-mexican attitudes and policies during the first 18 months of the Trump administration. **Norteamérica**, México, v. 13, n. 2, p. 197-226, 2018.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (org.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995. p. 46-86.

WATANABE, Yasushi; MCCONNELL, David L. Introduction. In: WATANABE, Yasushi; MCCONNELL, David L. (ed.). **Soft Power Superpowers**: Cultural Assets of Japan and the United States. Armonk: M.E. Sharpe, 2008.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 511-531, dez. 2003.

WODAK, Ruth. Aspectos da Análise Crítica do Discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **As Múltiplas Faces da Linguagem**. Brasília: Editora UnB, 2003.

ZAIOTTI, Ruben (ed.). **Externalizing Migration Management**: Europe, North America and the Spread of 'Remote Control' Practices. London: Routledge, 2016.

ANEXO: Pronunciamentos utilizados na análise

Autor	Data	Nome da página	Link para acesso
DONALD TRUMP	22/08/2017	Remarks at a "Make America Great Again" Rally in Phoenix, Arizona	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-make-america-great-again-rally-phoenix-arizona
	30/04/2018	The President's News Conference With President Muhammadu Buhari of Nigeria	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-with-president-muhammadu-buhari-nigeria
	22/06/2018	Remarks Honoring Families of Victims of Crimes Committed by Illegal Immigrants	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-honoring-families-victims-crimes-committed-illegal-immigrants
	10/01/2019	Remarks During a Roundtable Discussion on Border Security in McAllen, Texas	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-during-roundtable-discussion-border-security-mcallen-texas
	15/01/2019	Remarks at the American Farm Bureau Federation's 100th Annual Convention in New Orleans, Louisiana	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-american-farm-bureau-federations-100th-annual-convention-new-orleans-louisiana
	15/02/2019	Remarks on Declaring a National Emergency Concerning the Southern Border of the United States and an Exchange With Reporters	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-declaring-national-emergency-concerning-the-southern-border-the-united-states-and
	08/02/2019	Address to the Nation on Border Security	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-the-nation-border-security
	28/03/2019	Remarks at a "Make America Great Again" Rally in Grand Rapids, Michigan	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-make-america-great-again-rally-grand-rapids-michigan
	12/02/2021	Remarks on Border Wall Construction and Immigration Reform Near Alamo, Texas	https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-border-wall-construction-and-immigration-reform-near-alamo-texas